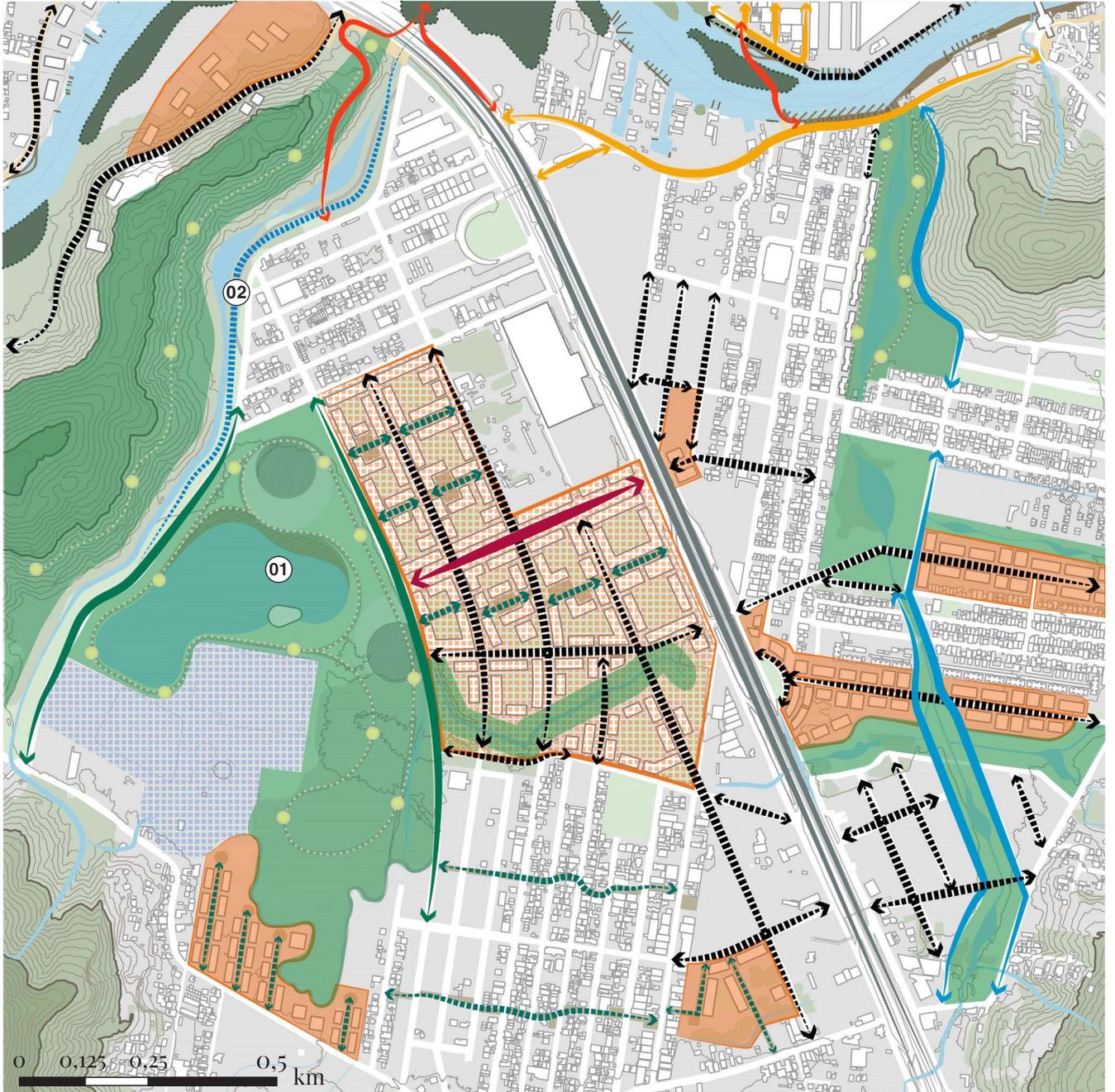


versão preliminar

Macroestruturação | Propostas



- | | | | |
|----------------------|------------------|-------------------|--------------------|
| Parques propostos | Renovação Urbana | Via Parque | Outras vias |
| Mangue | Área de Emasa | Passarela | 01 Parque da Lagoa |
| Distrito de Inovação | Via principal | Propostas peonais | 02 Canal Ambiental |

versão preliminar

Via Principal

A ocupação proposta para o Parque de Inovação procura, através de seu desenho e hierarquia viária, demarcar espaços que poderão atuar como futuras centralidades no bairro e na cidade. Como maior equipamento público, ressalta-se o Parque da Lagoa, elemento central de lazer para as novas quadras.

A Via principal localiza-se no eixo de acesso ao parque. Com largas calçadas, espaços de permanência e intensa arborização, intende-se a criação de um novo foco de animação para a região. Combinados com preferencialmente edificações de uso misto, com térreo comercial, os espaços livres preconizam a vocação da rua para instalação de restaurantes, cafés, comércio das mais variadas escalas e serviços.



Localização

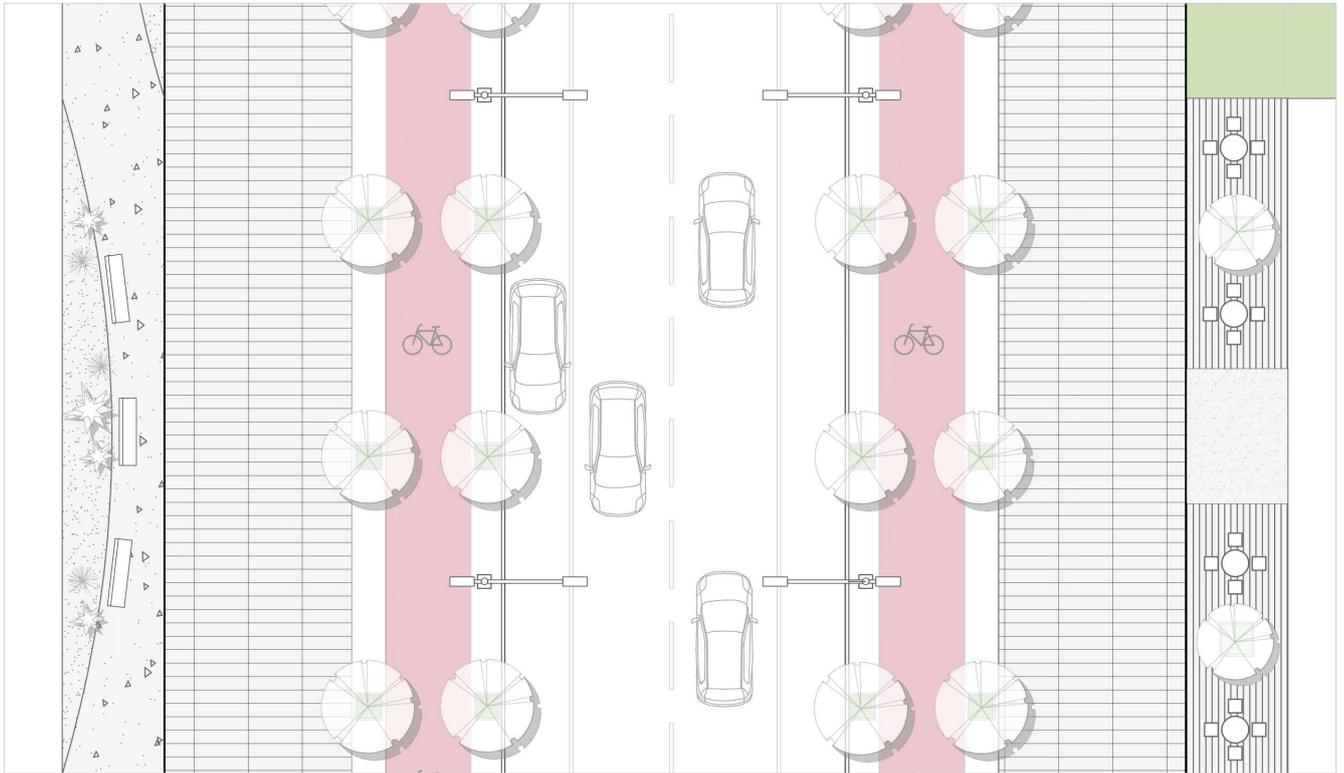


Via Principal

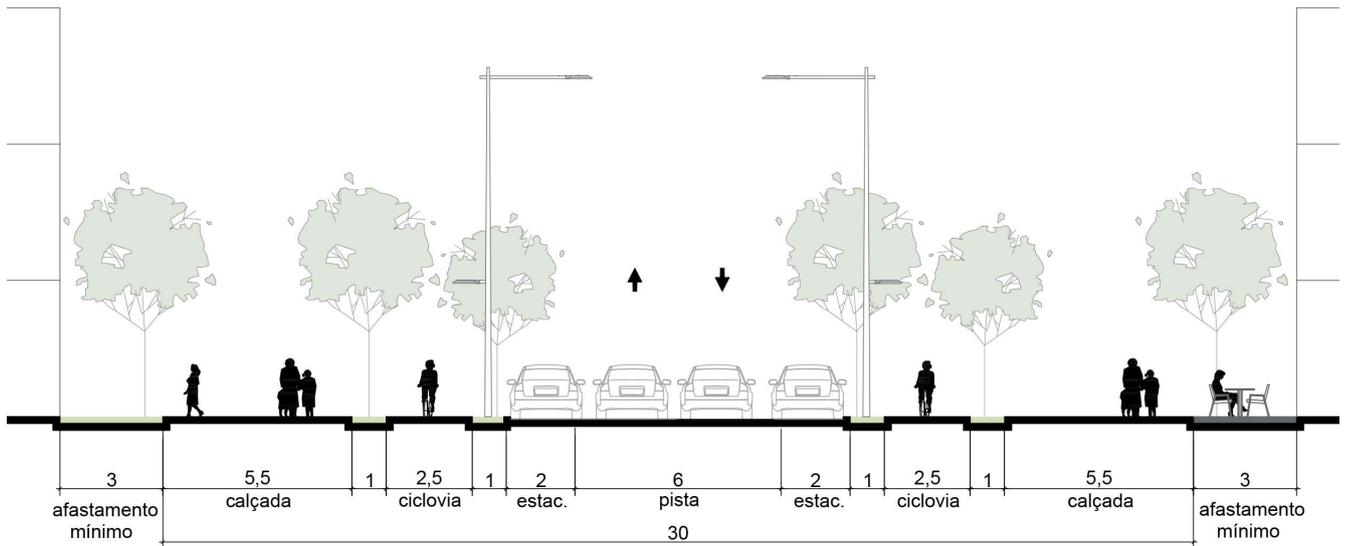


Via Principal

versão preliminar



Planta Via Principal



Corte Via Principal

versão preliminar

Miolo de Quadra

O distrito de inovação Lagoa Digital será endereço para a renovação do parque hoteleiro da cidade e o lugar para atrair empresas voltadas a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

O padrão de ocupação proposto para a área adota o sistema de manzanas cerradas – as áreas perimetrais das quadras são adensadas, enquanto seu miolo permanece como espaço livre. Desta forma, os espaços públicos criados não se limitam às calçadas das vias públicas e ao parque.

Novos fluxos permeiam o bairro através de térreos com circulação livre voltados ao comércio e serviços, focados principalmente nos espaços de permanência e lazer.



Miolo de Quadra



Miolo de Quadra

versão preliminar



Miolo de Quadra

versão preliminar

Parque da Lagoa e Distrito de Inovação

Como proposta de ocupação para a área do Parque de Inovação, procurou-se à amplificação de seus ativos buscando a construção de uma nova identidade ao bairro a partir de suas pré-existências. Se as regiões ao norte do Município vislumbram o mar, e com ele se identificam, o bairro Nova Esperança possui ambientes naturais com vocação ao lazer, entretenimento, e qualidade de vida.

Propõe-se a criação do Parque da Lagoa como uma “nova orla”, não a da praia, mas a da Lagoa, com um percurso de 3 quilômetros, o que corresponde a meio caminho da praia central. Em conjunto com a área de lazer, no sopé do morro ao norte da área, o Parque da Lagoa compõe um complexo ambiental.

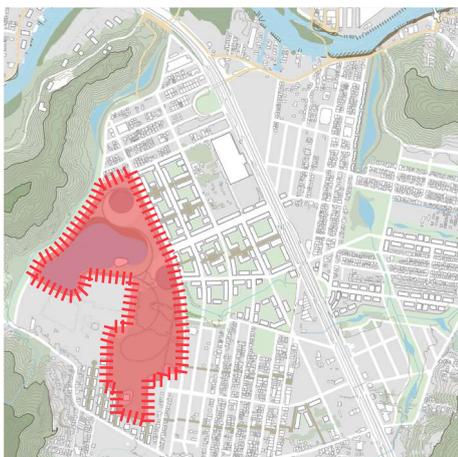
As lagoas, que atualmente servem para o tratamento de esgoto do Município pela Emasa, funcionam como foco central da composição do equipamento de lazer. Pista de caminhada, ciclovia, quadras esportivas e um restaurante flutuante são alguns dos elementos que fazem do parque uma atração em escala municipal.



Parque da Lagoa



Restaurante Parque da Lagoa



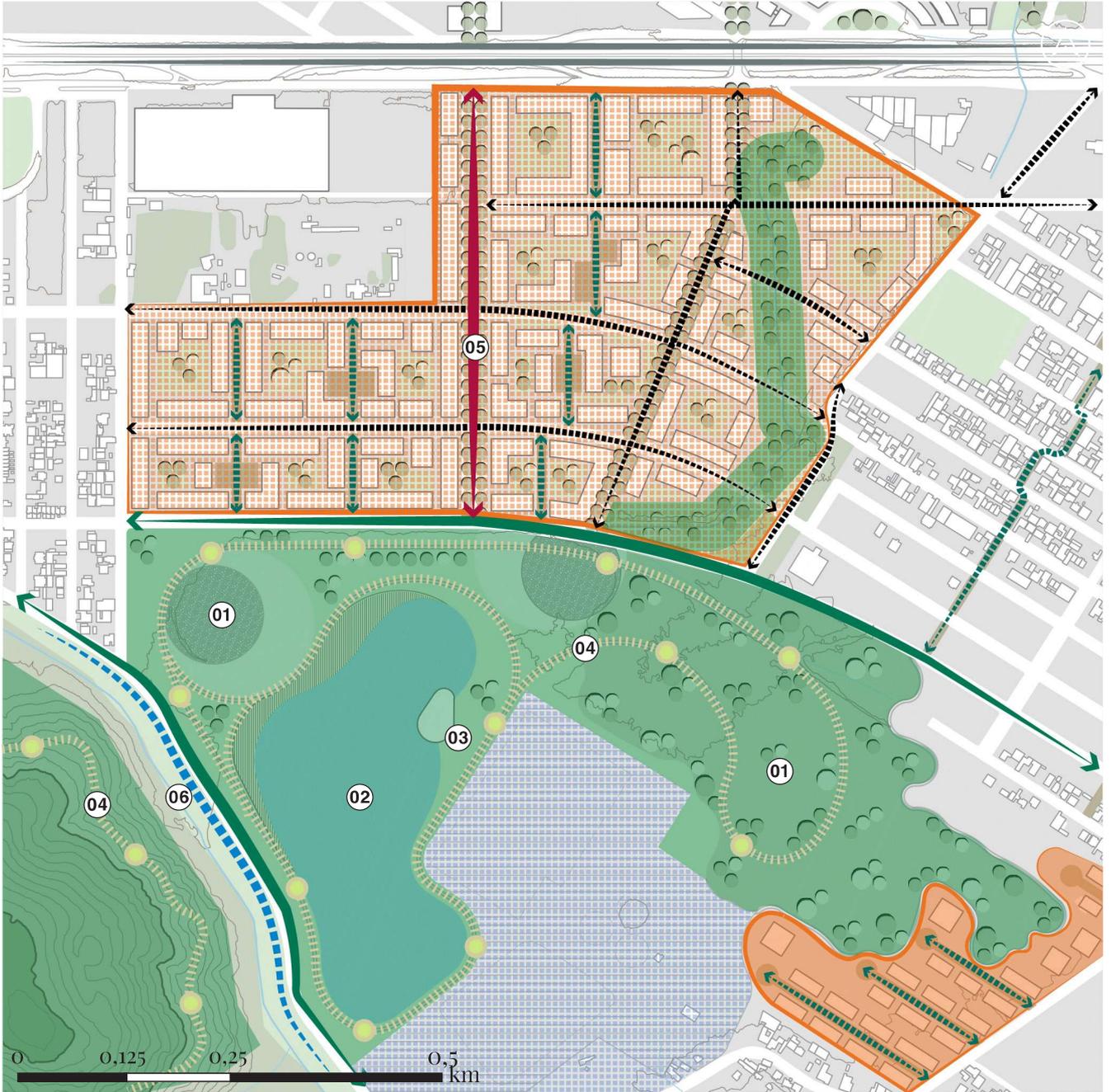
Localização



Parque da Lagoa

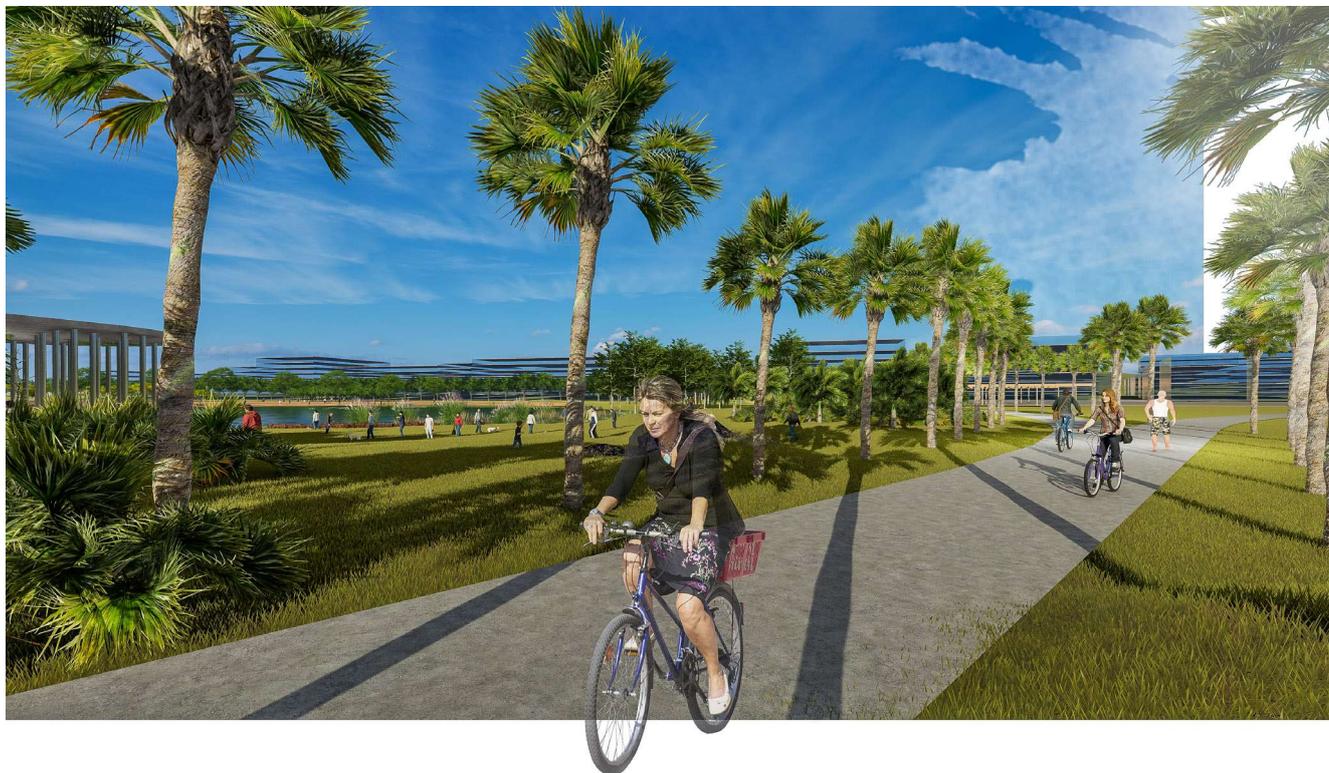
versão preliminar

Parque da Lagoa e Distrito de Inovação



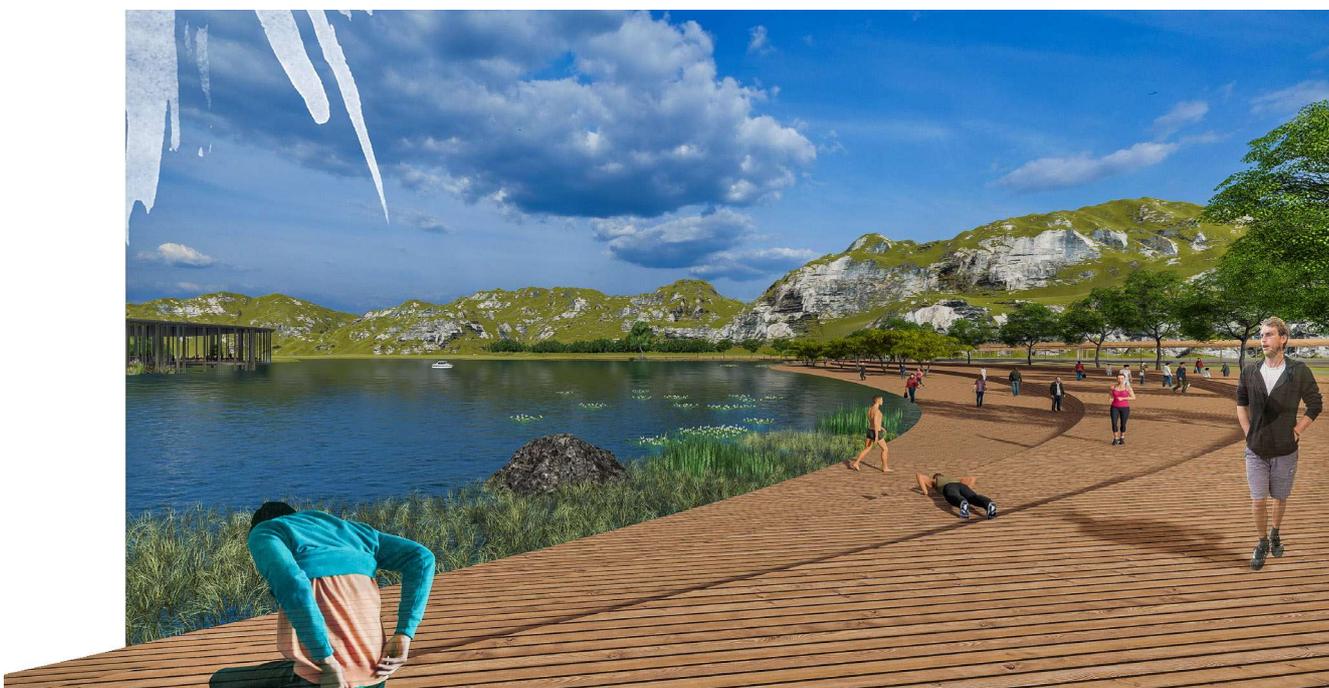
- | | | | |
|---------------------|--------------------|----------------------|-----------------------|
| 01 Parques da Lagoa | 04 Caminhos parque | Renovação Urbana | Propostas Peatonais |
| 02 Lagoa | 05 Via principal | Distrito de Inovação | Outras vias propostas |
| 03 Restaurante | 06 Canal Ambiental | Área da Emasa | |

versão preliminar



Parque da Lagoa

versão preliminar



Parque da Lagoa

versão preliminar



versão preliminar



Parque da Lagoa

versão preliminar

Parque das Águas



A área de intervenção do Parque das Águas localiza-se na região leste do Município de Balneário Camboriú e compreende a região dos bairros da Barra e São Judas Tadeu. A área é delimitada ao norte pelo Rio Camboriú, a oeste pela BR-101, ao sul e a leste pela Zona de Amortecimento Costa das Orquídeas da APA Costa Brava.

O bairro São Judas Tadeu sofre alagamentos em grande parcela de seu território em razão de seu relevo e do caminho das águas que descem das morrarias. Aqui também se encontram áreas de ocupação espontânea e não planejada, muitas vezes em áreas de inundação ou deslizamentos, segundo dados levantados pelo diagnóstico socioambiental.

Ao considerar o potencial do desenho urbano a partir das águas, propõe-se que canais de drenagem, prática existente na região, sejam utilizados também enquanto condicionantes de paisagem: ao invés de simples canais abertos, essas estruturas devem ser convertidas em parques lineares, dotados de áreas verdes alagáveis para a guarda das águas em tempo de cheias, equipadas com ciclovias, estares, ruas de acessos a residências.

Aos canais, somam-se as lagoas, os parques e as margens do rio, que juntos podem compor a construção de uma nova imagem urbana para os bairros através da identidade paisagística a ser criada a partir das águas e áreas verdes. A proposta de ocupação tem como diretriz principal o desenho urbano a partir das águas, articulando fundos de vale, canais de drenagem como solução para os reservatórios de cheias enquanto instrumentos de requalificação paisagística e usos variados.

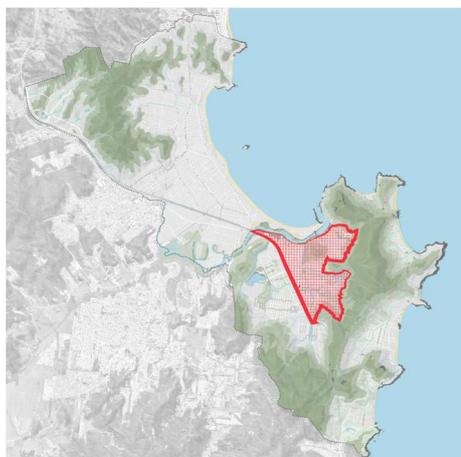
versão preliminar

Macroestruturação

Os usos e modelo de ocupação para a região exploram diferentes oportunidades de um desenho urbano baseado na resiliência ambiental, na diminuição das desigualdades e nas novas fronteiras de inovação e desenvolvimento tecnológico. Como forma de minimizar os impactos das chuvas que provocam grandes alagamentos no território a tramatura urbana proposta para as áreas a serem ocupadas indica a implantação de parques lineares capazes de cumprir diferentes funções, quais sejam:



Macroestruturação



Localização

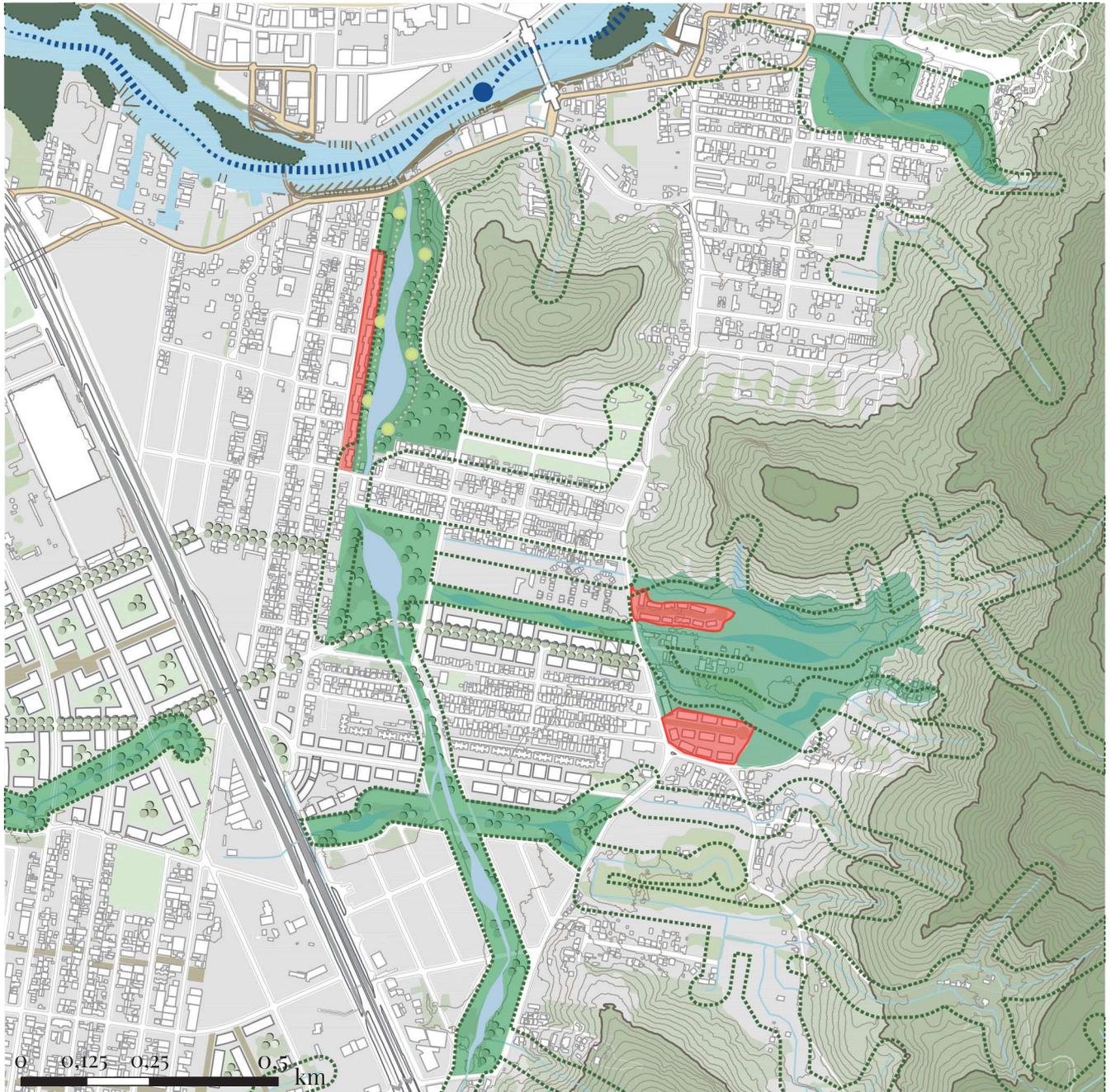
- Reserva de área alagável para minimizar os impactos sobre as ocupações já existentes;
- Formação de Termos de Ajuste de Conduta que prevejam soluções de macrodrenagem (canais e parques alagáveis), moradia social e ampliação do sistema viário;
- Constituir um novo perfil de ocupação urbana com forte identidade paisagística.

Para a implantação e consolidação de mais densidade com qualidade e diversidade de usos, é possível levar ao São Judas Tadeu as mesmas políticas de incentivo para atração de investimentos previstas para o Distrito de Inovação. A BR 101 pode ser transposta por um eixo transversal de adensamento e paisagismo que conecte o Centro de Eventos, situado no Nova Esperança, na configuração do Distrito de Inovação expandido para áreas hoje desocupadas de ambos os bairros.

Na macroestruturação da área são propostas novas diretrizes viárias, como a via canal, o parque do rio das Ostras e um novo acesso ao bairro pela BR.

versão preliminar

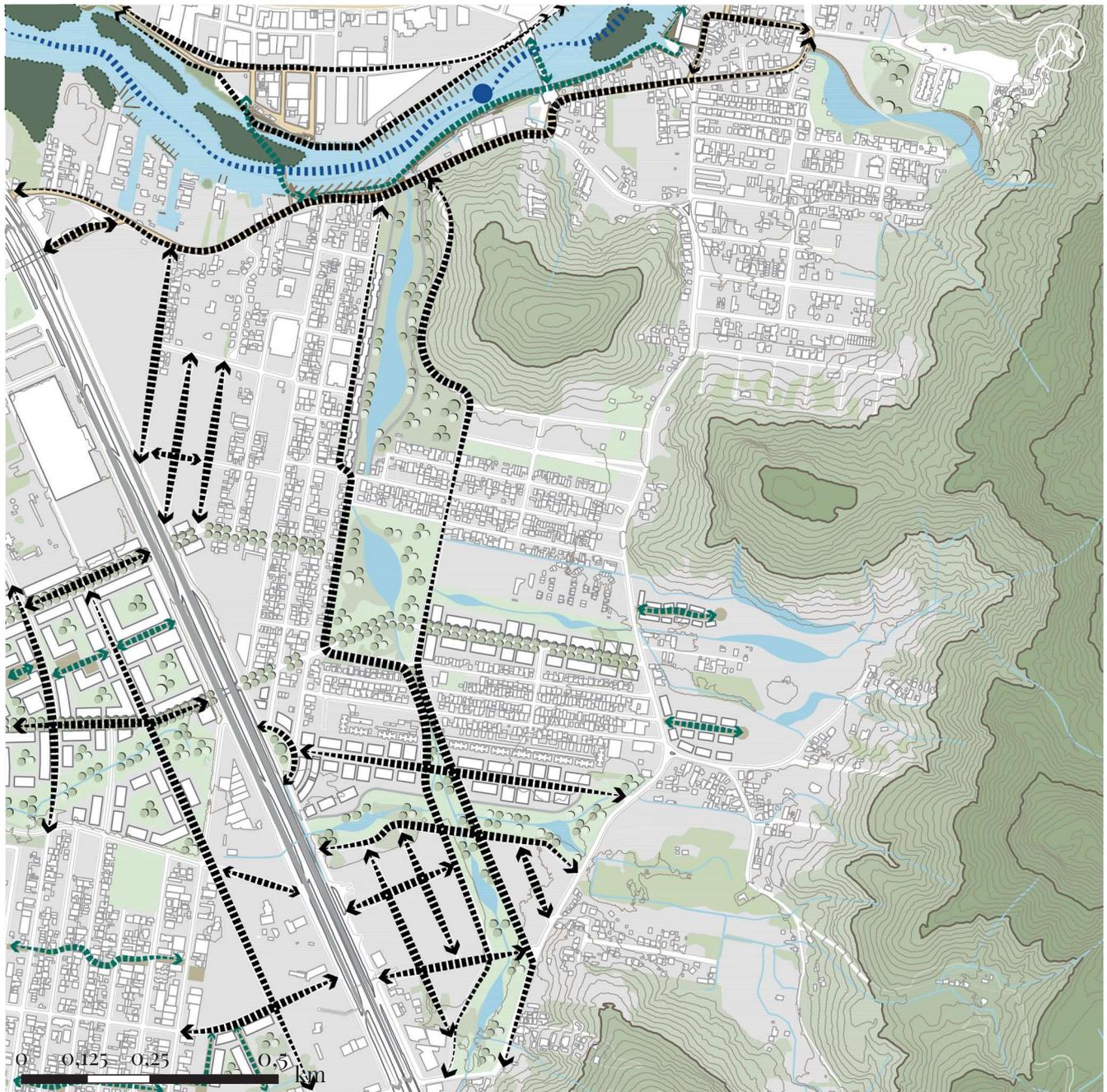
Macroestruturação | Resiliência Ambiental



- | | | |
|--|---|---|
|  Cota acima de 100 metros |  APP |  Mangue |
|  Cota acima de 50 metros |  Restinga |  Regularização fundiária |
|  Hidrografia |  Parques Propostos | |

versão preliminar

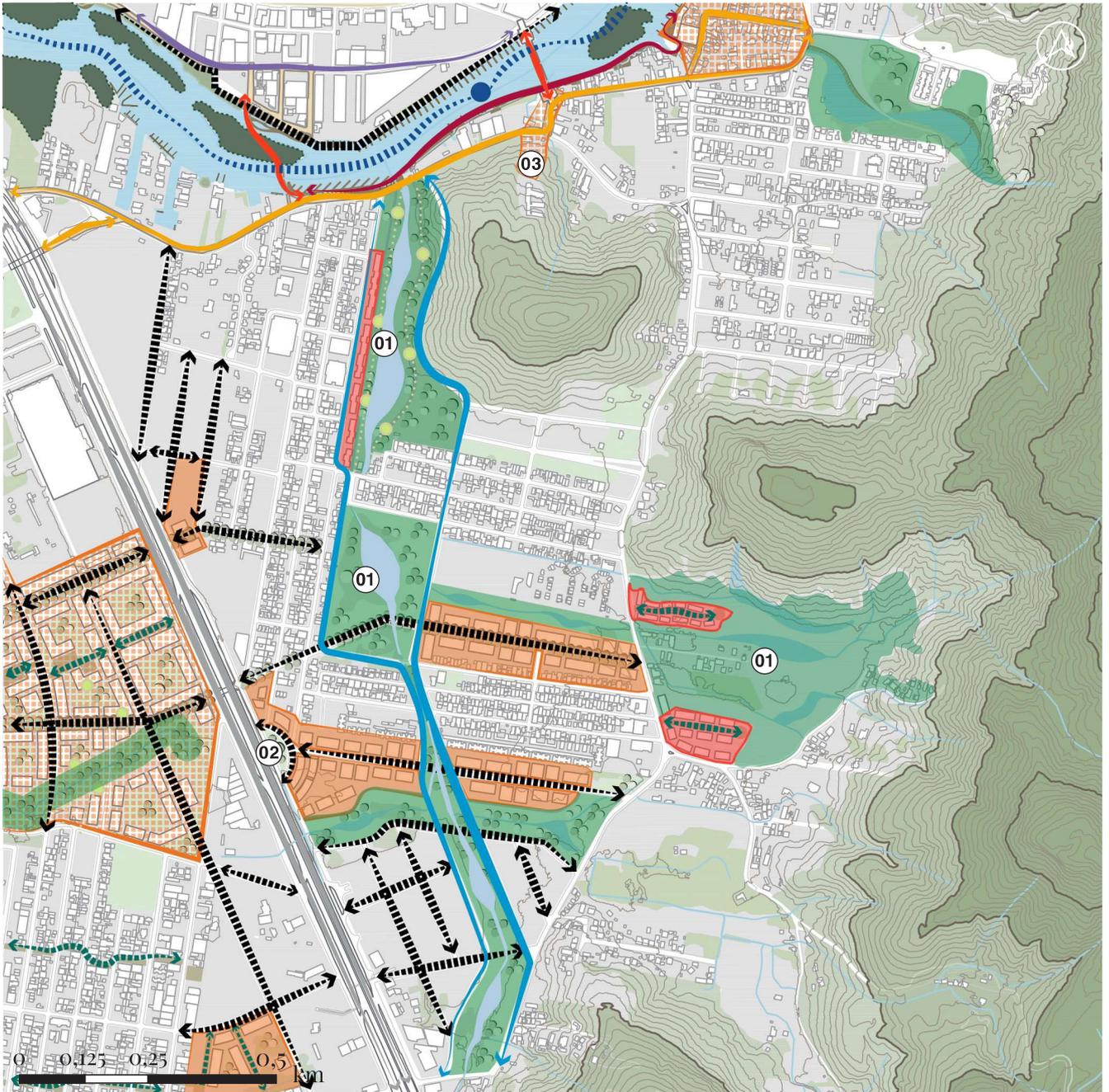
Macroestruturação | Conectividade



- Proposta Viária
- Proposta Viária - peatonal
- Trilha

versão preliminar

Macroestruturação | Propostas



- | | | |
|-----------------------------|-------------------------|------------------------------------|
| Via Canal | Outras vias propostas | 01 Parque do Rio das Ostras |
| Passeio do Pescador - Terra | Trilhas | 02 Novo Acesso Proposto |
| Passeio do Pescador - Mar | Requalificação urbana | 03 Eixo Religioso |
| Propostas Peatonais | Regularização fundiária | 04 Parque Proposto |

versão preliminar

Novo Acesso ao Bairro

O conjunto de intervenções no bairro São Judas Tadeu e Bairro da Barra demandam, a partir da reestruturação viária proposta, novos acessos para os fluxos de veículos e pessoas oriundos das adjacências. Levando-se em conta a proximidade com a BR 101, entende-se a necessidade de uma entrada com escalas de via e edificações compatíveis com a faixa lindeira da estrada.

A demarcação visual de acesso se faz através da ocupação com grandes canteiros e ocupações de gabarito mais alto e usos compatíveis em conformidade ao desenho proposto para a requalificação da BR 101 com Eixo de Desenvolvimento Regional.



Localização



Novo Acesso ao Bairro

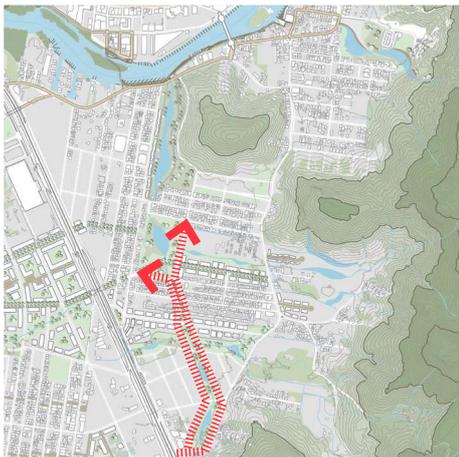
versão preliminar



Perspectiva Acesso ao Bairro

versão preliminar

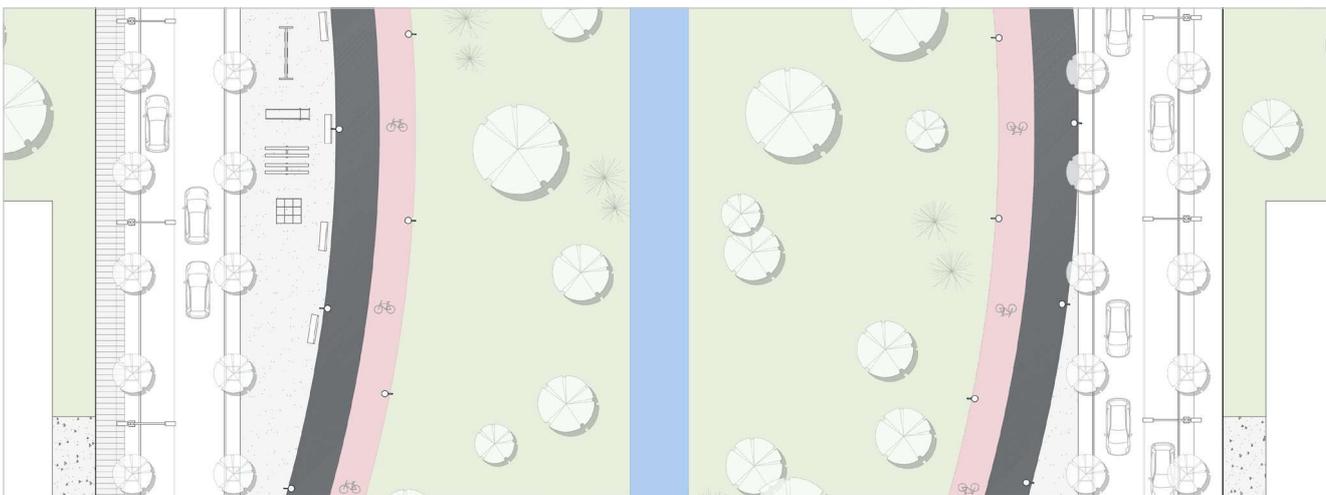
Via Canal



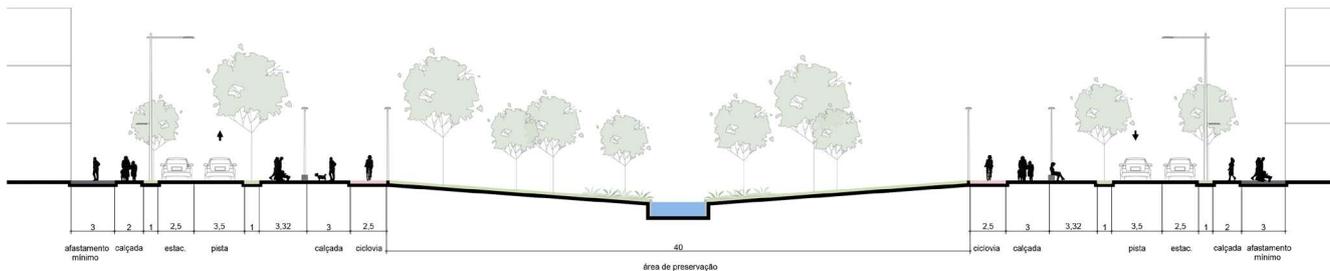
Localização

O desenho com a água foi a solução urbana encontrada para o bairro São Judas Tadeu e bairro da Barra. Aqui, o rio das Ostras e seus tributários estruturam a paisagem, o sistema viário, a regularização e qualificação das áreas urbanas e ocupações espontâneas.

Na Via Canal, o desenho proposto considera que as margens dos rios e córregos serão a um só tempo desenho urbano, áreas de lazer, áreas verdes e áreas alagáveis.



Planta Via Canal



Corte Via Canal

versão preliminar



Perspectivas Via Canal

versão preliminar

Parque Linear do Rio das Ostras



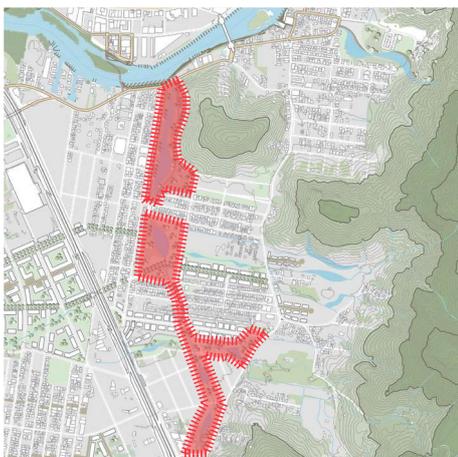
Parque Linear do Rio das Ostras



Auditório Alagável



Auditório Alagável



Localização

A foz do rio das Ostras caracteriza-se como uma área que, ao longo dos anos, enfrenta questões sociais e ambientais decorrentes das enchentes provocadas pelo rio. A proposição do parque trata-se de uma intervenção que contempla habitação social, requalificação ambiental e paisagística do bairro, concomitantemente. Os alagamentos existentes demandam a criação de lagoas para contenção de cheias, a fim de criar zonas para absorção da vazão fluvial. Além do lago, que funciona como represa, propõe-se um auditório aberto visando mitigar as condições de drenagem.

É fundamental, inclusive, a realocação da população em situação de risco ali presente: resguardando a necessidade de permanência no bairro, visa-se a reestruturação de suas condições de moradia, através de parcerias com programas de habitação social.

Integrado ao resto do território através de ciclovias, novas vias e passeios, o parque costura o traçado do rio com a sua vizinhança através de áreas de lazer, cultura e convivência.

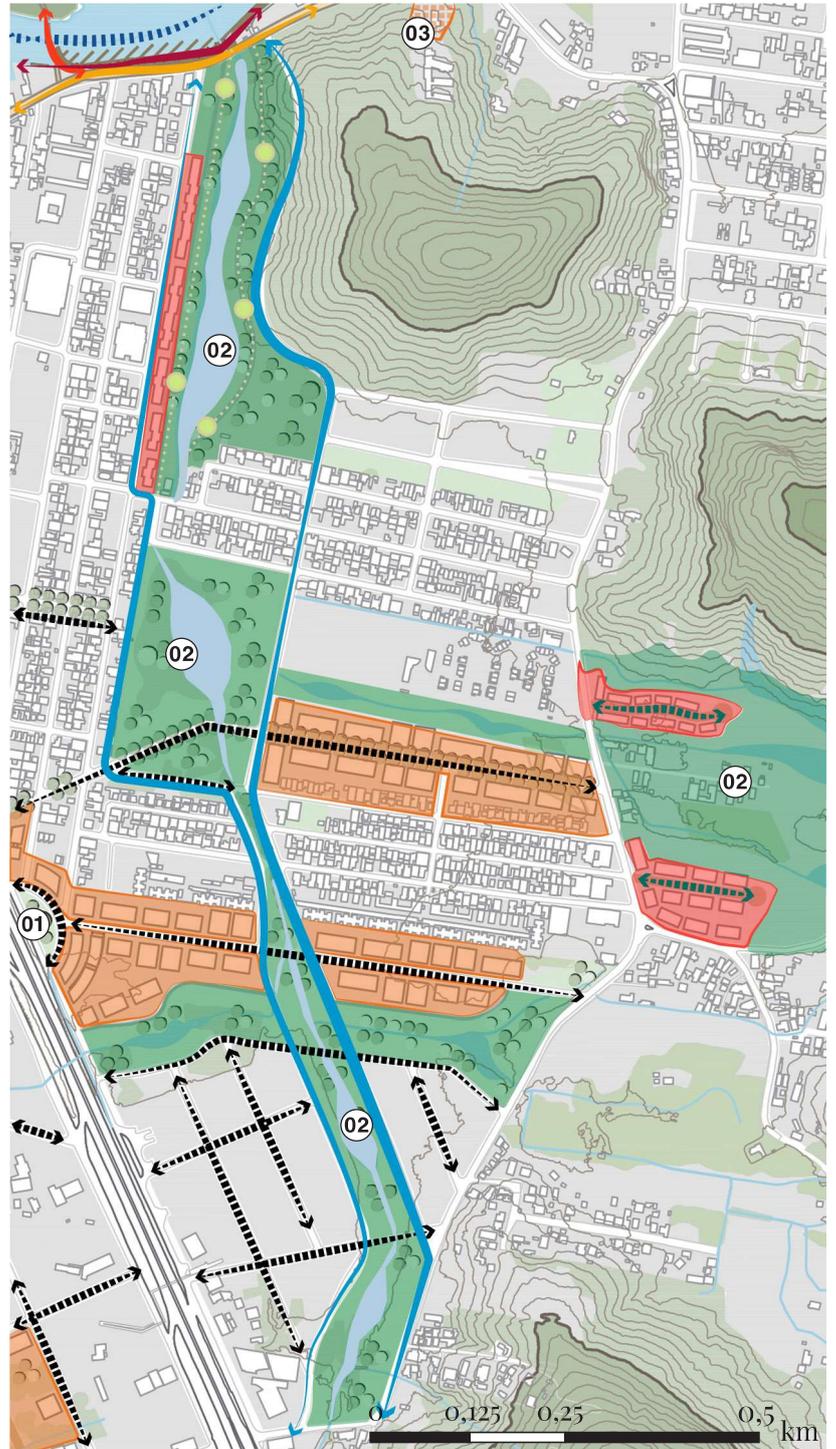
A intervenção visa à recuperação das áreas de preservação permanente lindeiras ao rio, ao mesmo tempo em que garante condições de moradia aos ali residentes. Como consequência, obtém-se espaços públicos de boa qualidade, os quais fomentam as condições de vizinhança e integração do bairro. Programas de lazer, cultura, saúde e esporte podem ganhar destaque com uma nova estrutura urbana.



Parque Linear do Rio das Ostras

versão preliminar

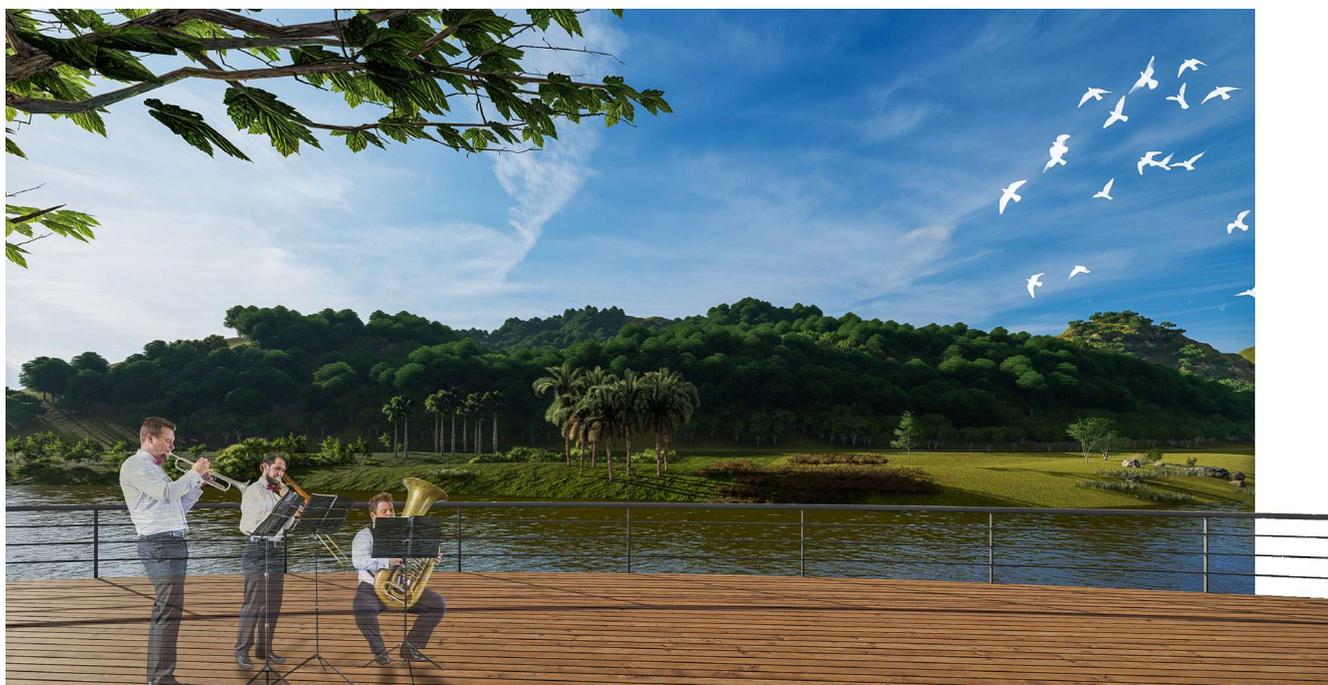
-  Via Canal
-  Passeio do Pescador - Terra
-  Passeio do Pescador - Mar
-  Propostas Peatonais
-  Outras vias propostas
-  Trilhas
-  Requalificação urbana
-  Regularização fundiária
- 01** Parque do Rio das Ostras
- 02** Novo Acesso Proposto
- 03** Eixo Religioso



versão preliminar



Perspectiva Parque do Rio das Ostras e Projeto Habitacional



Perspectiva Parque do Rio das Ostras

versão preliminar



Perspectiva Parque do Rio das Ostras - Auditório



Perspectiva Parque do Rio das Ostras

versão preliminar



versão preliminar



Perspectiva Parque do Rio das Ostras e Projeto Habitacional

versão preliminar

Eixo da Ciência



Bairro da Barra e São Judas Tadeu
Fotografia: Érika Poletto

A área delimitada compreende as regiões dos bairros Dos Municípios e Vila Real, localizados ao sul da BR101, até a divisa com o Município de Camboriú, tendo como elemento limítrofe o Rio Camboriú. Por conta disso, pode-se destacar como condicionante ambiental a presença da zona de mangues, bem como da área de preservação permanente (APP) fluvial, circundantes do perímetro sul, leste e oeste da ocupação urbana analisada.

Espacialmente relevante, o Parque Raimundo Malta é uma Unidade de Conservação a nível federal, estendendo-se por uma área de 250 mil m². Aprovado em 2018, o Plano de Manejo do parque fornece diretrizes para uso e ocupação da UC, visando à preservação das espécies de fauna e flora.

Com importância regional, pode-se destacar a presença do Hospital Municipal Ruth Cardoso, bem como da Universidade do Vale do Itajaí. No geral, a área analisada se caracteriza como espaço urbano consolidado, apresentando vazios na região da ilha pertencente ao Iate Clube e lotes pontuais em meio ao tecido urbano. A maior parte da ocupação é identificada como residencial, notando-se a concentração de comércio e serviços nas vias arteriais. No que tange aos serviços, predominam os equipamentos urbanos educacionais. Percebe-se a carência de espaços públicos de lazer, o que justifica as diversas propostas da prefeitura para implantação de praças públicas.

Os serviços do parque, embora condizentes com as demandas regionais, encontram-se fisicamente semi-isolados das demais dinâmicas dos bairros, reivindicando novos acessos. De forma semelhante, a tipologia de loteamento adotada nas beiras dos rios dificulta o acesso da população às faixas marginais, desvalorizando a possibilidade de fazer do Rio um eixo de acesso e lazer para os moradores.

versão preliminar

Macroestruturação

As ações previstas para a região de entorno do Parque Raimundo Malta se baseiam, essencialmente, em melhorias na conectividade do sistema viário local e na premissa de estabelecer contato mais qualificado entre a população e o Rio Camboriú. A confluência de áreas verdes e equipamentos como o Hospital Municipal Ruth Cardoso e a Universidade do Vale do Itajaí na região podem atrair segmentos diversos da população, de comércios e serviços especializados como laboratórios farmacêuticos, hospitais menores, ambulatórios, consultórios médicos privados, bem como escolas, cursos, livrarias e cafés, atividades derivadas e complementares aos equipamentos de saúde e educação já instalados.



Macroestruturação

Para estruturar o deslocamento dentro do bairro, hoje limitado pela morfologia longilínea de quadras existentes, indica-se a necessidade da Sétima Avenida – em adição ao eixo viário – 5ª Avenida, já construído e ao eixo planejado – 6ª Avenida, e outras ligações transversais menores. Prevê-se a transformação de algumas ruas para que tomem a forma de eixos de permanência e encontro, com prioridade para pedestres, arborização e ambientes de lazer ao ar livre contribuído para o acréscimo de área verde aos bairros.

Na zona entre avenidas, propõe-se um novo padrão de adensamento, controlado através de instrumentos urbanísticos previstos para tal finalidade.

Como limitantes da área, ressalta-se, ao norte, a BR 101, e ao sul, o rio Camboriú, no qual se propõe a implantação de um parque linear como zona de amortecimento ambiental e de lazer entre cidade e água.

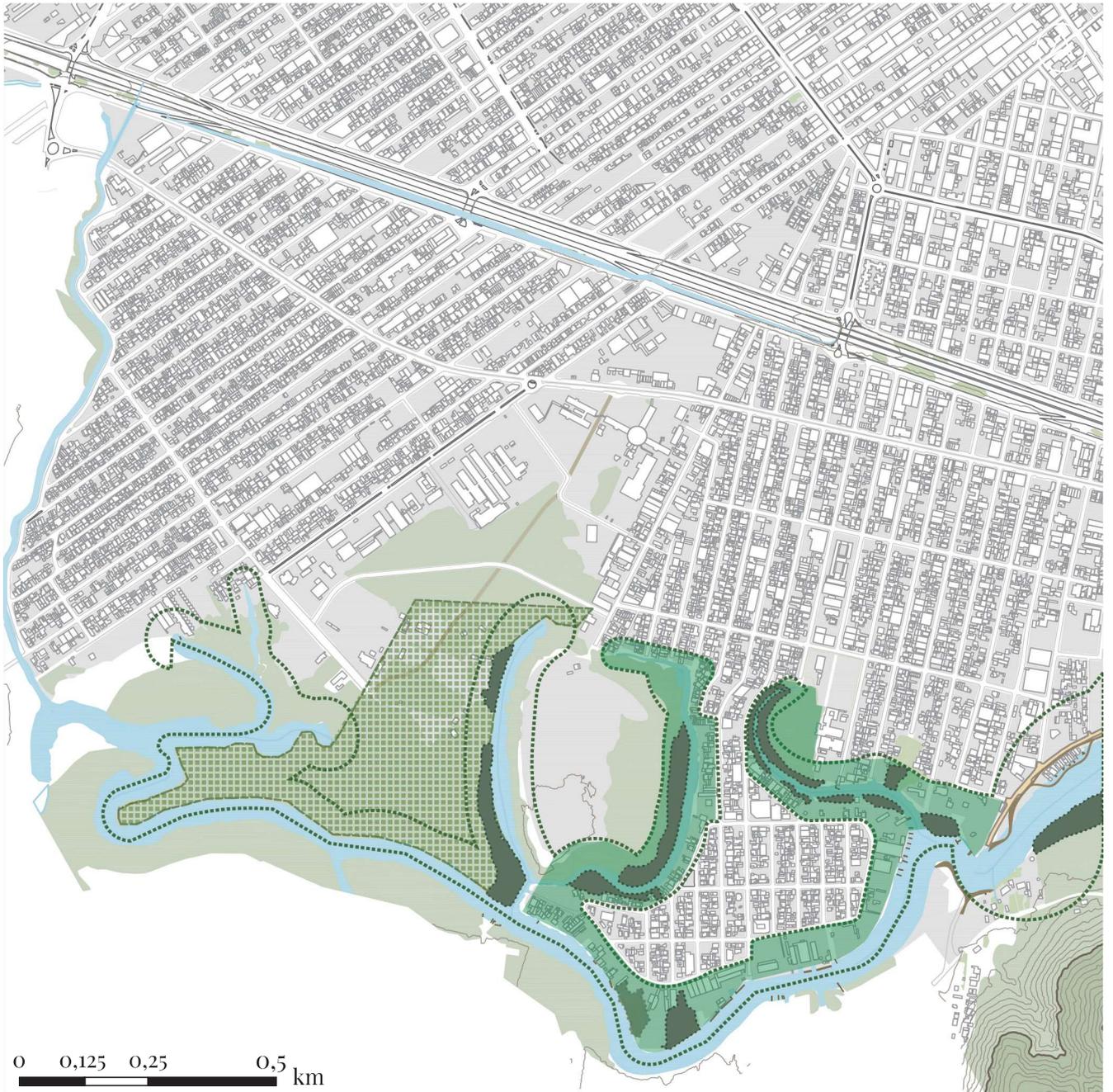
No sentido transversal, a rua Angelina se consolida como eixo de conexão entre o município de Camboriú e o centro de Balneário, demandando, assim, a revitalização enquanto binário de conexão e predomínio de estruturas de comércio. Conectando os bairros com a orla, os caminhos do mar se estabelecem como eixos peatonais entre rio e mar, transpassando a BR101 com um tratamento paisagístico adequado, a fim de tornar o uso do automóvel dispensável.



Localização

versão preliminar

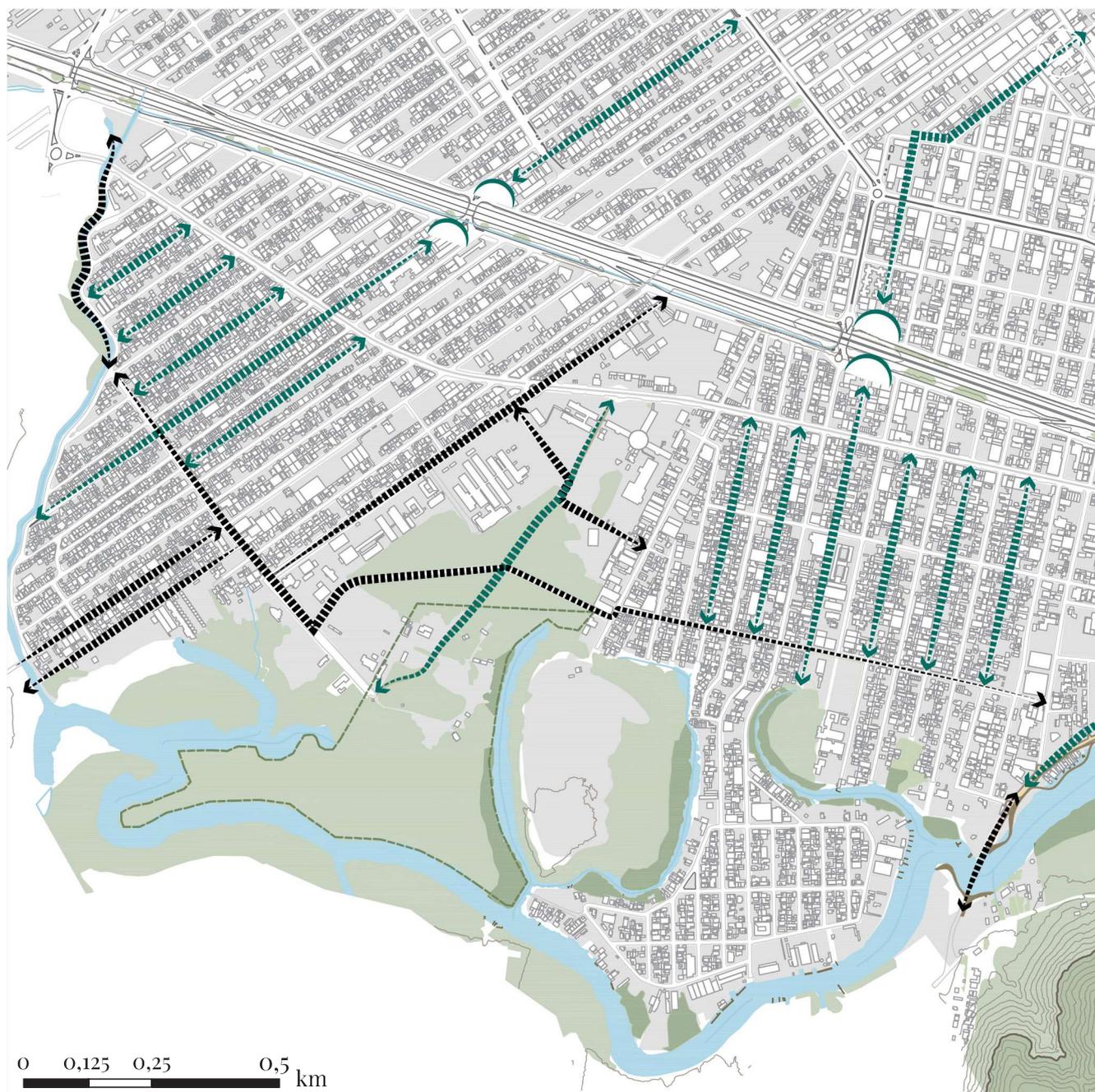
Macroestruturação | Resiliência Ambiental



- | | |
|-------------------------|-----------------|
| Parque Raimundo Malta | APP |
| Cota acima de 50 metros | Mangue |
| Hidrografia | Parque Proposto |

versão preliminar

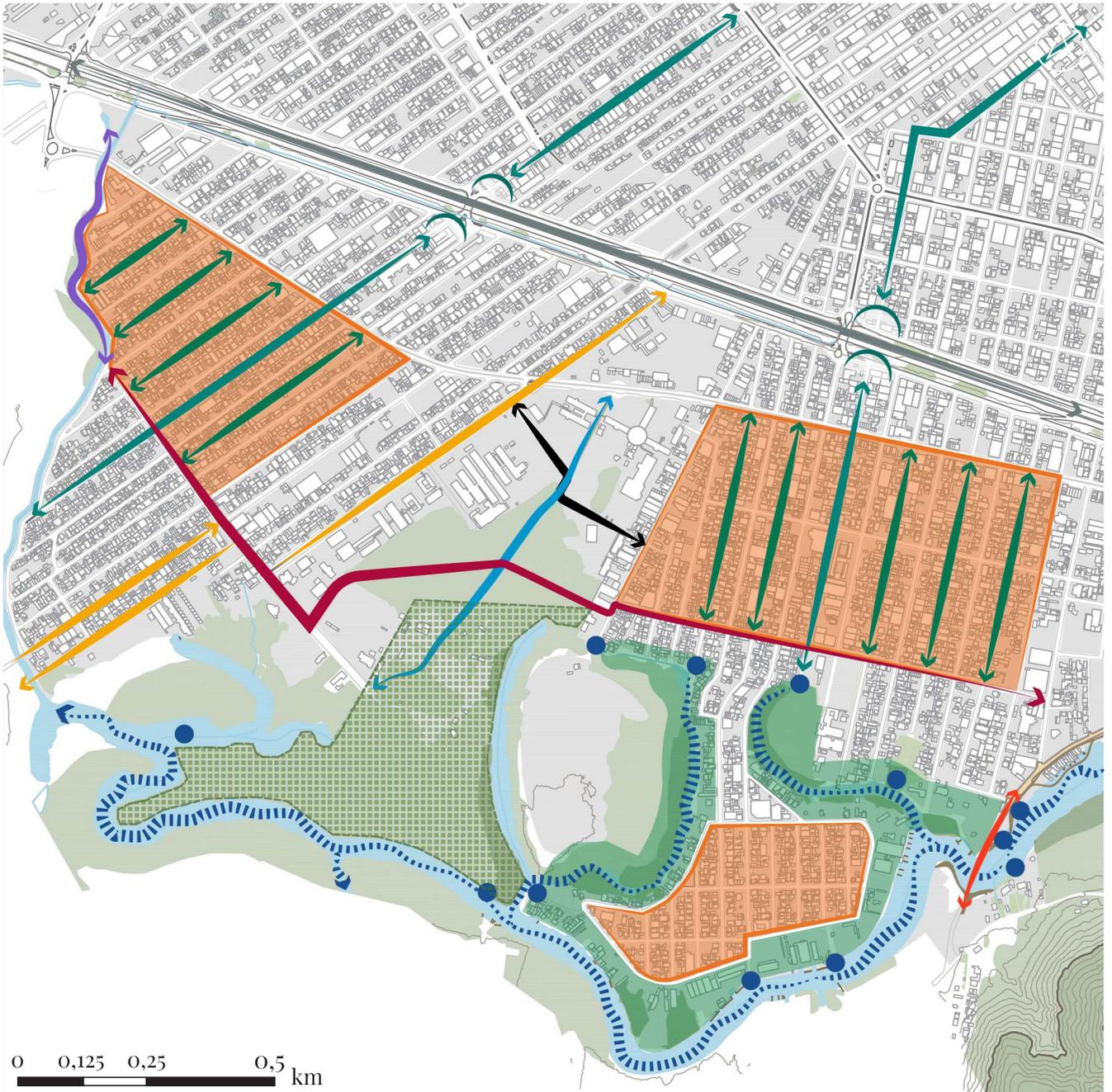
Macroestruturação | Conectividades



- Proposta Viária
- Proposta Viária - peatonal

versão preliminar

Macroestruturação | Propostas



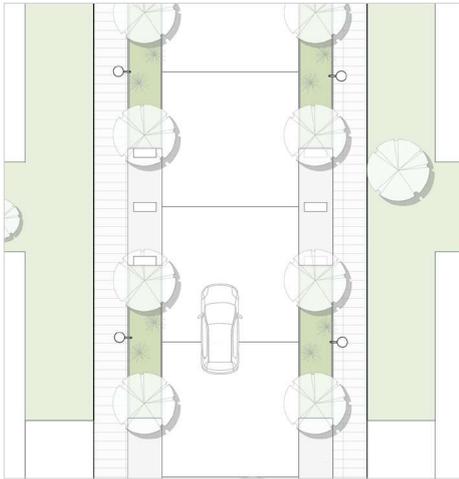
- Sexta Avenida
- Sétima Avenida
- Caminhos do Mar

- Caminhos Verde
- Caminho da Natureza
- Binário R. Angelina

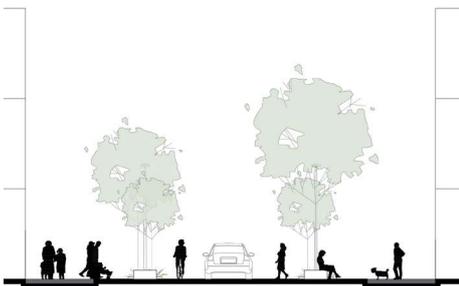
- Via de Conexão
- Requalificação Urbana
- Transporte Aquaviário

versão preliminar

Caminhos Verdes



Planta Caminhos Verdes



Corte Caminhos Verdes



Localização

A proposta dos Caminhos Verdes parte da necessidade de reestruturação da malha viária existente nos bairros dos Municípios e Vila Real. A morfologia de lotes encontrada na área conforma quadras longas e com pouca profundidade (35 metros), configurando, por conseguinte, um tecido urbano com proporção excessiva de vias. As diretrizes de macroestruturação sugerem o adensamento controlado da região, o que demanda a criação de novos espaços públicos para a população residente.

Considerando-se a necessidade de acesso aos lotes, recomenda-se alternar vias de tráfego com vias compartilhadas, com prioridade do pedestre. Em conjunto aos “caminhos do mar”, pretende-se estabelecer uma rede peatonal que estimula a caminhabilidade na cidade. Tendo em vista a predominância do uso residencial, o projeto visa valorizar o sentimento de vizinhança e bairro, através da implantação de pequenos estares, nas faixas das calçadas.

A questão da drenagem conforma o paisagismo nas vias: jardins de chuva são canteiros verdes com a capacidade de armazenamento e absorção das águas pluviais. Propõe-se a utilização de espécies nativas de diferentes portes, a fim de criar sombra e estimular a permanência.

Desestimular o uso do automóvel para percorrer pequenas distâncias resulta, além da melhoria das condições de tráfego, na ocupação dos espaços públicos por pedestres. Com o aumento da caminhabilidade na região e flexibilização dos usos dos espaços, visa-se trazer novas dinâmicas urbanas para os bairros em todos os períodos do dia.



Caminhos Verdes

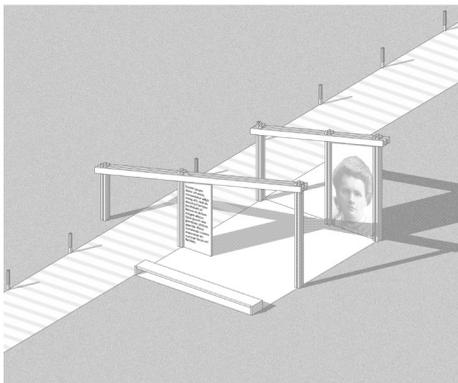
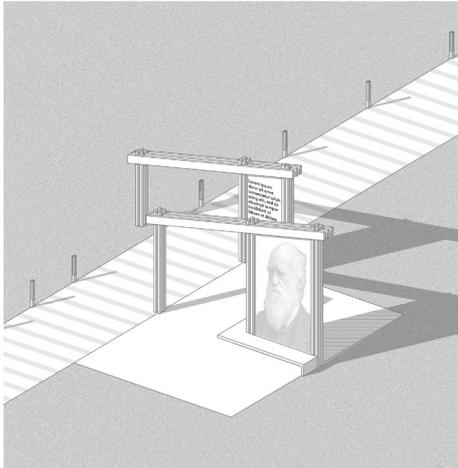
versão preliminar



Caminhos Verdes

versão preliminar

Caminhos da Natureza



Caminhos da Natureza

Uma das principais problemáticas observadas no Parque Raimundo Malta diz respeito ao seu acesso: considerada uma Unidade de Conservação em nível federal, a área possui afluxos apenas via Alameda Delfim de Pádua Peixoto Filho.

Nas diretrizes de macroestruturação, propõe-se a configuração de um “eixo verde” em toda a região delimitada pelo perímetro do parque, pelo hospital municipal, e pela Univali. Levando-se em conta o potencial da proximidade de tais equipamentos, sugere-se a criação do Caminho da Natureza, conceituado pelo binômio Natureza e Ciência. De um lado, a UC, de onde se extrai conhecimento do mundo natural. Do outro, a ciência, representada pelo hospital e pela universidade.

O percurso do Caminho da Natureza visa estabelecer uma conexão dos equipamentos com os já existentes espaços educativos e de pesquisa do parque. A arquitetura conforma um trajeto a ser percorrido a pé pela história do conhecimento; um conjunto de portais marcados por estares expositivos que conecta os usuários de todos as facilidades existentes.

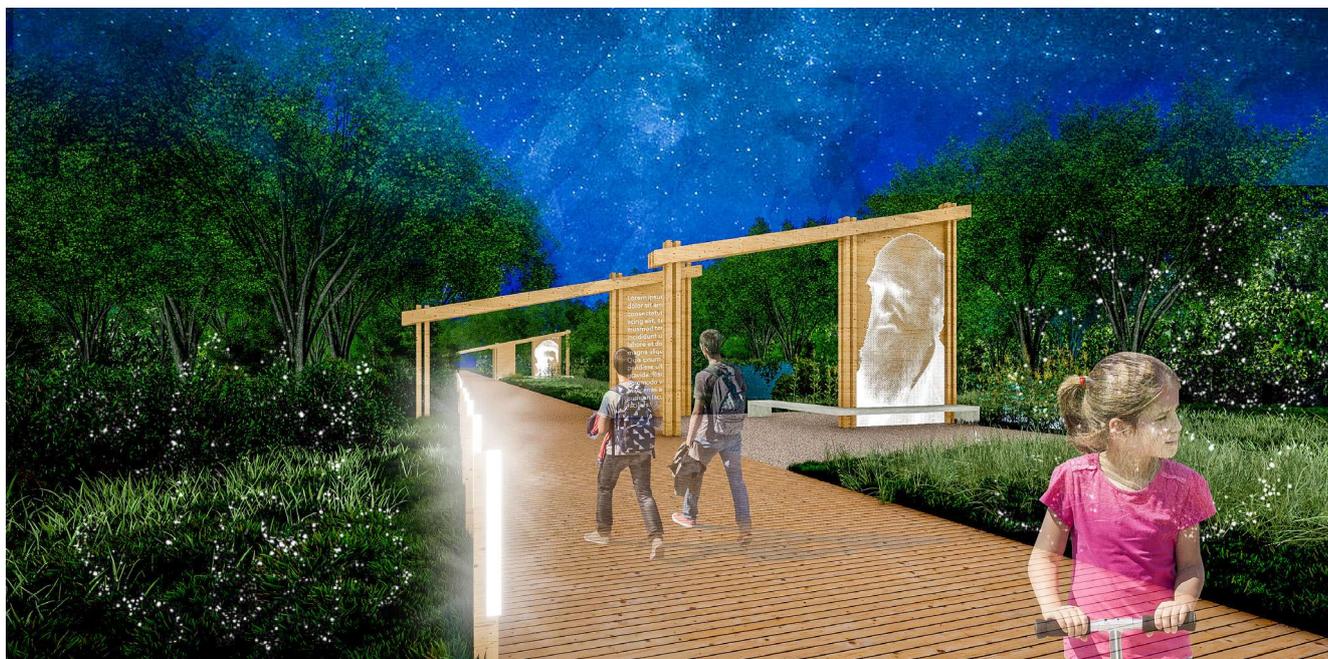


Localização



Caminhos da Natureza

versão preliminar



Caminhos da Natureza

versão preliminar

Trapiche Padrão

O macro desenho urbano estruturado pela rede viária dos bairros e pelos percursos peatonais propostos se complementa nas áreas de tangência com o rio Camboriú. Os acessos ao rio compõem conexões ambientais que, em conjunto ao sistema de mobilidade da cidade, tem o potencial de transformar as águas em mais um eixo de ligação urbana. São intervenções que configuram conexões sociais e econômicas em espaços até então ociosos.



Trapiche Padrão

versão preliminar



versão preliminar

anel Ecológico Norte



Morraria sul vista do cristo luz
Fotografia: Érika Poletto

O Projeto do Anel Viário Norte, uma vez concluído, assumirá importante papel na redistribuição dos fluxos leste/oeste de Balneário Camboriú e deverá atrair parte do tráfego de veículos que hoje usa a 3ª Avenida como Conexão Balneário/Itajaí, impactando diretamente os bairros das Nações, Pioneiros e Arribá.

Partindo da compreensão de que o Anel Viário conectará a rodovia com a praia, atravessando a morraria, é possível fazer uma leitura desse território como um espaço de transição e de transformação gradiente dos usos: desde usos e equipamentos em escalas compatíveis com as vantagens estratégicas de proximidade com a BR ao uso mais urbano, de habitação, comércio e serviços quando mais próximos da Praia dos Amores, e ainda, em passagem pelos morros, adotar usos e escalas compatíveis às questões ambientais pertinentes.

Essa nova conexão viária deverá impactar uma grande parcela do território, provocando maior integração entre os bairros: Varzea do Ranchinho, Arribá, Praia dos Amores, Pioneiros, das Nações e dos Estados, gerando qualidade de vida a partir das condições de fácil acessibilidade a importantes equipamentos urbanos já implantados na região como hospitais, bancos, supermercados.

Macroestruturação Geral

Partindo da compreensão de que o Anel Viário Norte conectará a rodovia com a praia, atravessando a morraria, é possível fazer uma leitura desse território como um espaço de transição e de transformação gradiente dos usos: desde usos e equipamentos em escalas compatíveis com as vantagens estratégicas advindas da proximidade com a BR, ao uso mais urbano, de habitação, comércio e serviços quando mais próximos da Praia dos Amores.

A BR-101 tem o papel de conectar diferentes usos especialmente nessa região, conformando três escalas de influência: na escala estadual e nacional, a rodovia age como indutora logística e conectora dos parques industriais de Santa Catarina e ligação sul/norte do Brasil; na escala regional, a rodovia conecta e distribui diferentes interesses para as cidades da AMFRI, a exemplo do Porto de Itajaí e atrativos de entretenimento, como o Parque de Diversões Beto Carrero no Município de Penha; e na escala municipal, a rodovia é o receptor de turistas e, muitas vezes, via de deslocamento interno de BC. As diferentes escalas e destinos, indicam oportunidades e vocações a serem exploradas, como atividades voltadas ao turismo, indústria, logística, entre outros, que possam permitir que essa região alcance diferentes futuros.

Uma gradação de usos complementares que integrem: usos logísticos e industriais para as áreas ocupáveis mais próximas a rodovia, usos ambientais, de lazer, turismo e habitacional de baixa de baixo impacto para as áreas ocupáveis nas morrarias e uso misto quando se aproxima do litoral.

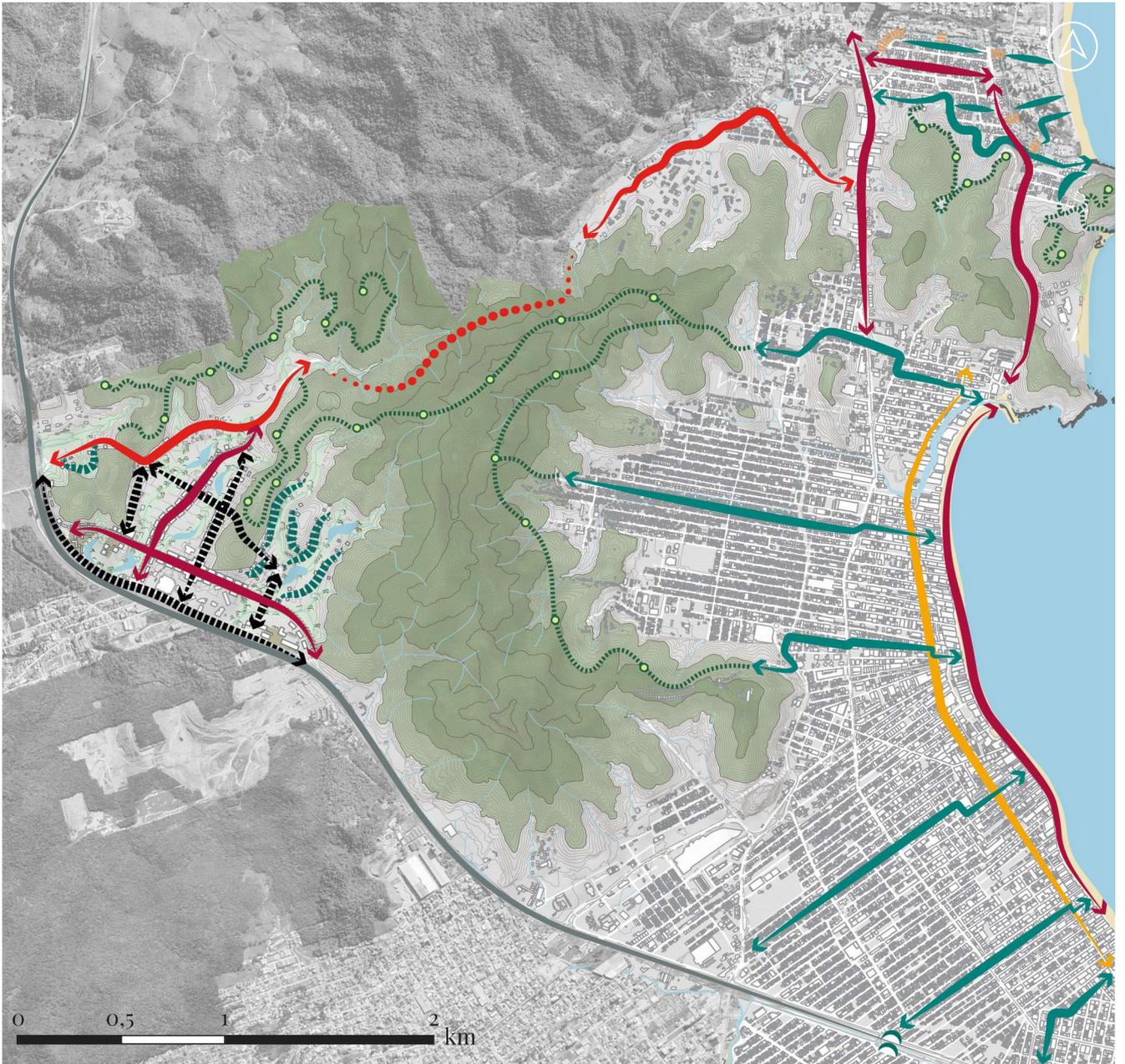


Localização



Anel Ecológico Norte

versão preliminar



- | | | |
|---|---|---|
|  Anel Viário Norte |  Propostas Peatonais |  Caminhos do Mar |
|  Requalificação viária |  Outras vias propostas | |
|  Requalificação Av. Brasil |  Trilhas | |

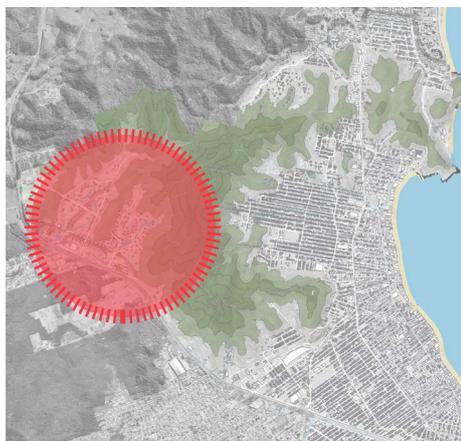
versão preliminar

Macroestruturação | Várzea do Ranchinho

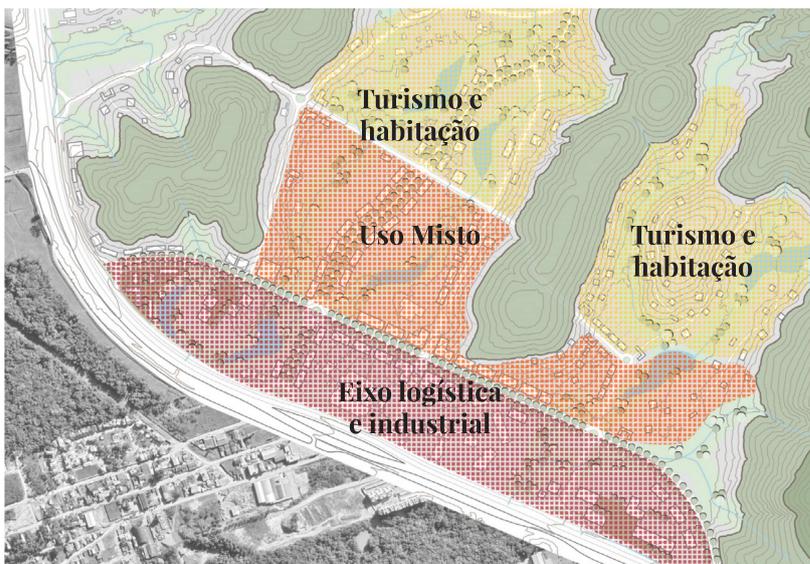
Com o novo acesso – Anel Viário Norte, proposto para acessar as áreas mais ao norte do município, da Várzea do Ranchinho passará por mudanças em suas dinâmicas espacial e econômica. A partir da execução da obra, sua localização estratégica e características ambientais possibilitam a alavancagem e transformação desse território para o status de centralidade de porte médio.

Com prioridade às questões relativas a drenagem, o desenho de parcelamento e ocupação do solo previsto para a Várzea do Ranchinho acompanha o conceito de *desenhar com a água*, configurando vias paralelas aos cursos d'água – respeitando as APPs, dotados de parques lineares e áreas para alagamentos.

Propõe-se a criação de um Distrito Especial próximo à rodovia, com espaço para grandes equipamentos logísticos, industriais (não poluentes) e comerciais, gradativamente, para as áreas intermediárias, propõe-se uma ocupação de uso misto, com prioridade para instalação de atividades de comércio e serviços de médio porte e, conforme se aproxima da APA Municipal do Morro do Gavião, áreas destinadas a atividades relacionadas ao turismo e habitação.



Localização



Várzea do Ranchinho

versão preliminar

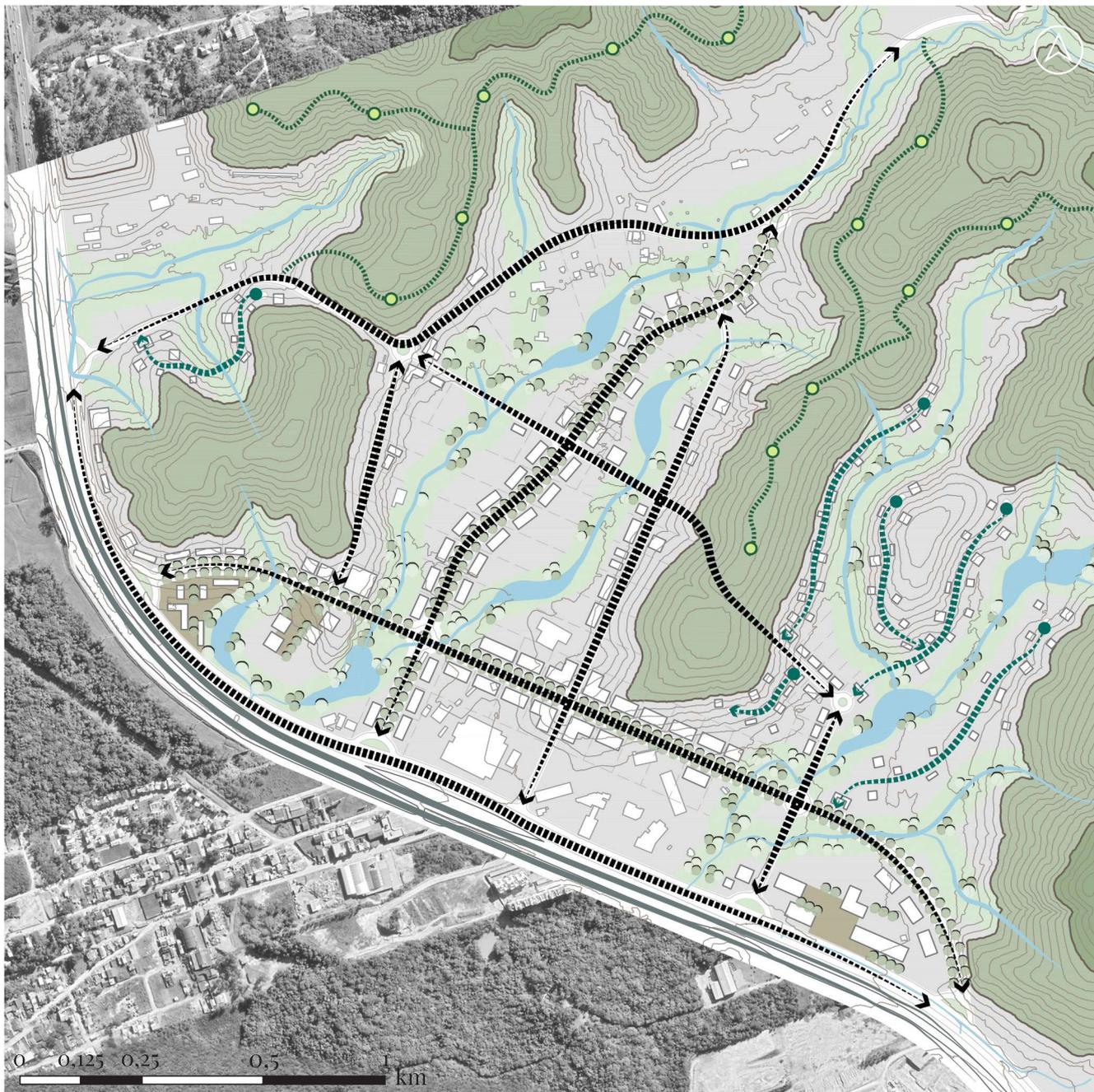
Macroestruturação | Resiliência Ambiental



- Cota acima de 100 metros
- Cota acima de 50 metros
- Hidrografia
- APP

versão preliminar

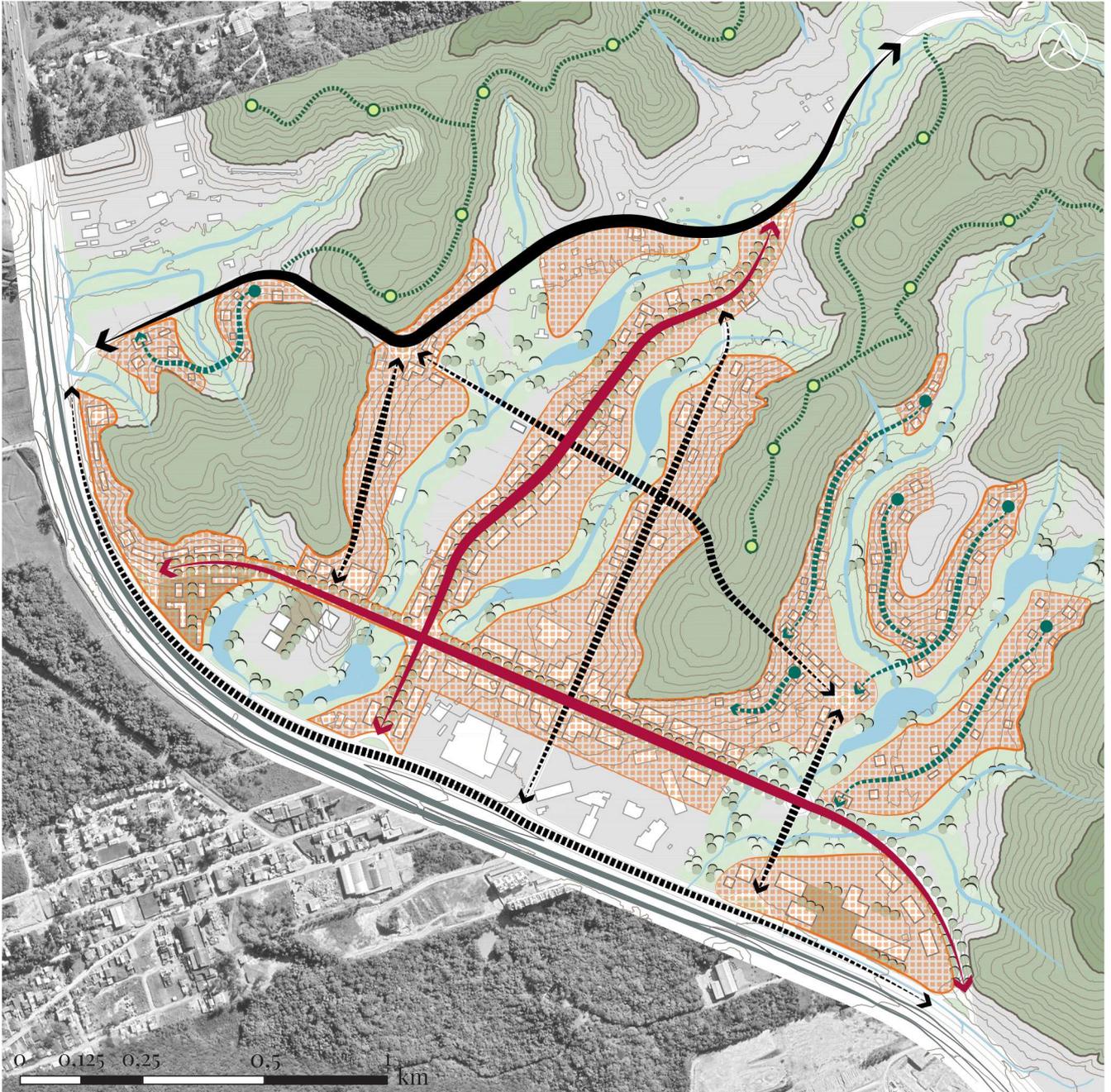
Macroestruturação | Conectividades



- Proposta Viária
- Proposta Viária - peatonal
- Trilha

versão preliminar

Macroestruturação | Propostas



- Anel Viário Norte
- Proposta Viária - Vias principais
- Desenho proposto para o bairro
- Propostas Peatonais
- Outras vias propostas
- Trilhas

versão preliminar

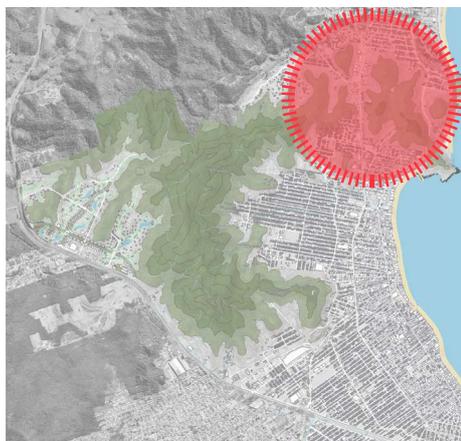
Macroestruturação | Praia dos Amores

Pequeno bairro, cercado por rio e morraria, junto ao mar, talvez a mais bucólica das vizinhanças de Balneário Camboriú, a Praia dos Amores poderá ter seus fluxos alterados em razão do novo anel viário norte e da rápida ocupação da praia Brava, em Itajaí e a área Central de Balneário.

O bairro Praia dos Amores encontra-se em uma zona urbana localizada entre a APA Municipal do Morro do Gavião e o Morro do Careca. Geograficamente isolado da praia central de Balneário Camboriú, possui dinâmicas urbanas mais relacionadas à praia Brava, no Município de Itajaí.

A principal intenção da proposta é a integração do bairro com as dinâmicas urbanas do canto da praia Brava de Itajaí através de intervenções que configurem transposições do rio Ariribá. Atualmente, a dificuldade de acesso constitui um obstáculo para a predominância dos deslocamentos a pé, prejudicando também a preservação da APP do rio, uma vez cercada por fundos de lote. Tendo em vista a carência de espaços públicos, trata-se de uma proposta que evidencia a necessidade da conservação da natureza em harmonia com o uso urbano.

As intervenções propostas para o bairro buscam harmonizar a permanência de sua atmosfera com as demandas provocadas pelo seu entorno próximo, são elas:



Localização

- Paisagismo no Rio Arriribá com estares e jardinetes nas vias de acesso;
- Passagens/Pontes de ligação Balneário Camboriú/Praia Brava
- Novo desenho Av. Carlos D. Andrade considerando os fluxos de veículos, o comércio, e a possibilidade de adequação viária para abrigar o transporte coletivo;
- Passeio Deck / Passarela junto ao Costão.

versão preliminar

Macroestruturação | Resiliência Ambiental



- Cota acima de 100 metros
- Cota acima de 50 metros
- Hidrografia
- APP
- Restinga
- Parques Propostos

versão preliminar

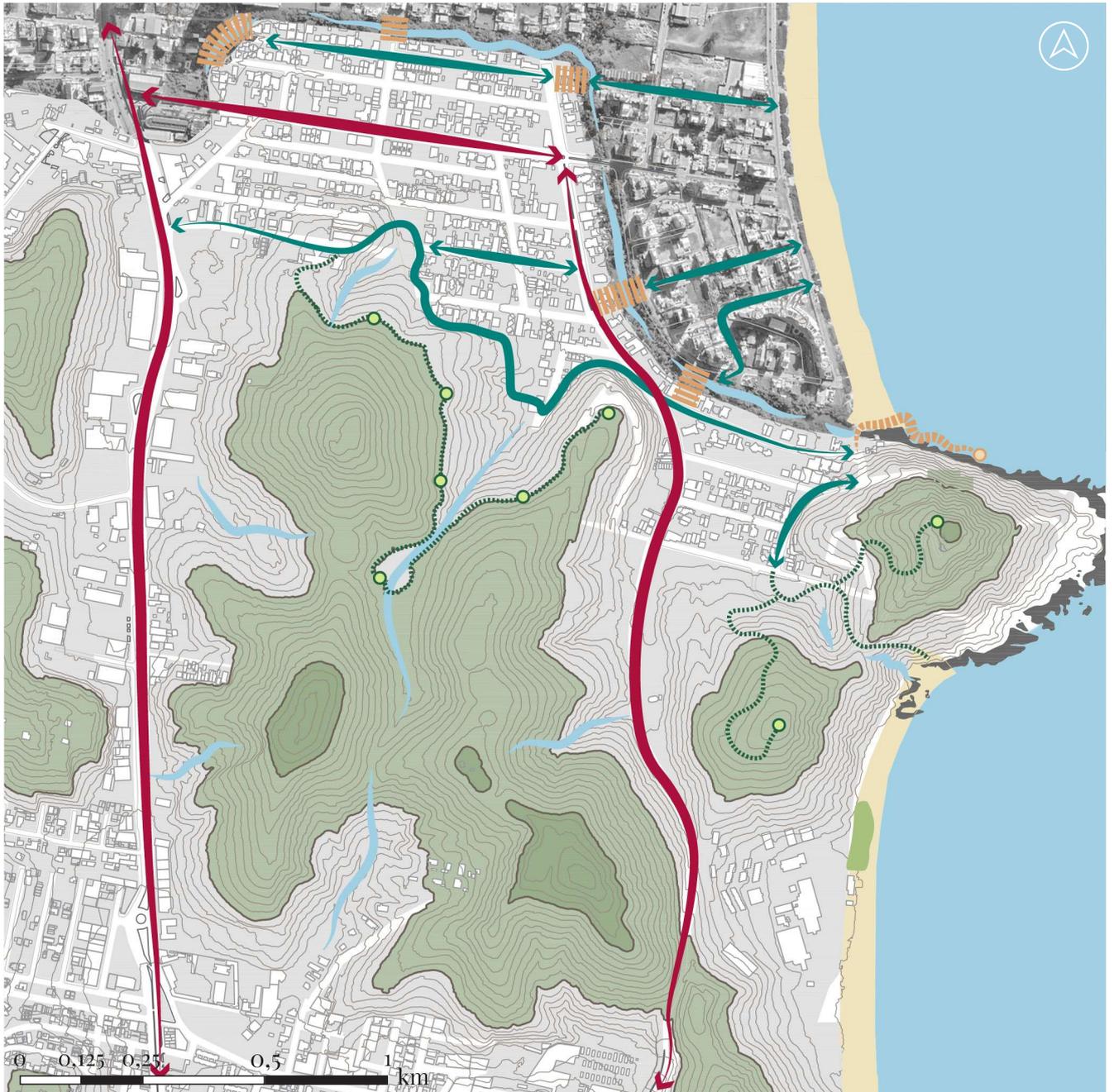
Macroestruturação | Conectividades



- Proposta Viária
- Proposta Viária - peatonal
- Deques e pontes

versão preliminar

Macroestruturação | Propostas



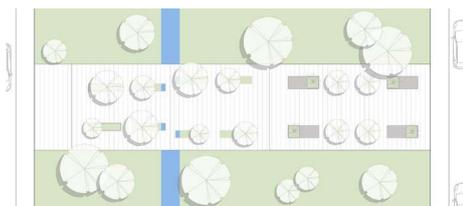
- Requalificação Viária
- Propostas peatonais
- Trilhas
- Deques e pontes de pedestre

versão preliminar

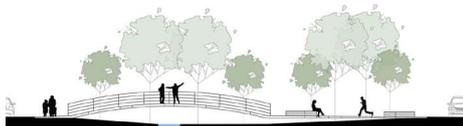
Praia dos Amores | Passagens e pontes

Visando a facilidade de acesso e conexão do bairro com a praia, sugere-se a transformação do lote, atualmente desocupado, em espaço público.

Seguindo o modelo pocket park, intende-se a criação de pontos de permeabilidade e travessia. A arquitetura do espaço considera, ainda, a conservação da vegetação existente na APP do rio, adaptando-se às árvores a fim de possibilitar o fluxo.



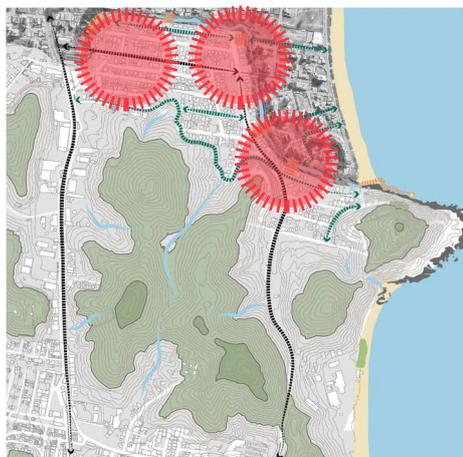
Planta pontes



Corte pontes



Passagens e pontes

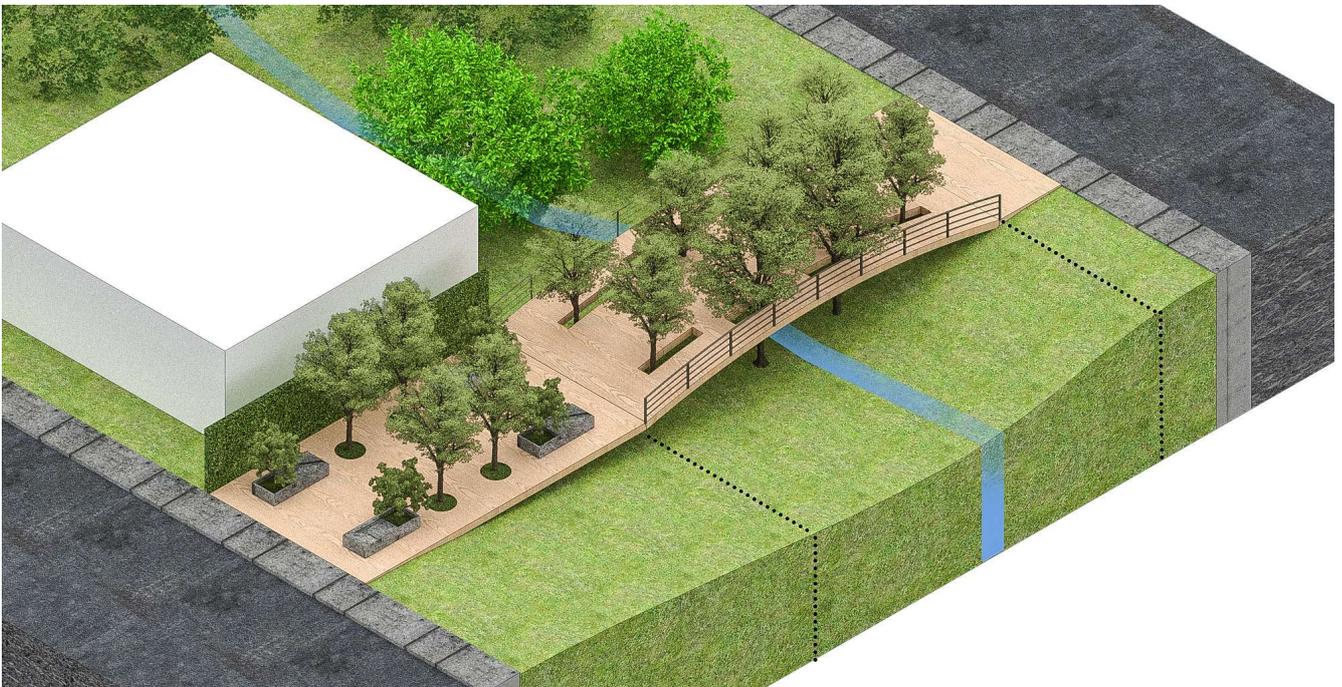


Localização



Passagens e pontes

versão preliminar



Passagens e pontes

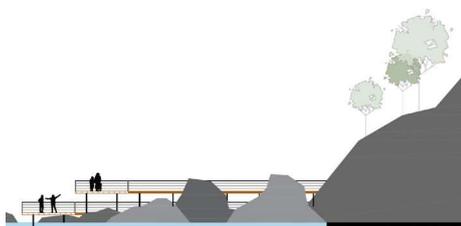
versão preliminar

Praia dos Amores | Passarelas junto ao costão

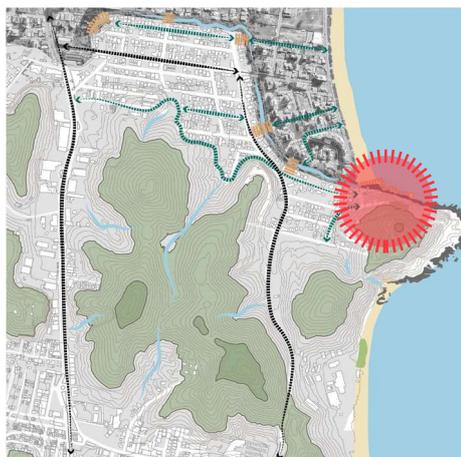
O extremo sul da praia dos Amores apresenta carência de espaços públicos de contemplação e lazer; como oferta de espaço de permanência, sugere-se um deck linear avançando sobre o mar.

Nota-se, na ponta da praia, a predominância do espaço natural integralmente preservado, e com potencialidade paisagística. A intervenção visa a defesa do meio natural de ações antrópicas predatórias; com a proposta da estrutura, evita-se a criação de novas trilhas, compreendendo um espaço de lazer com potencial turístico e arquitetônico. Busca-se, através da promenade na área de restinga, a contemplação do meio natural de forma sustentável.

Além de contribuir com a preservação do ambiente, visa-se à criação de uma centralidade de lazer e contemplação, aos moldes dos molhes da praia central de Balneário Camboriú.



Passarelas junto ao Costão

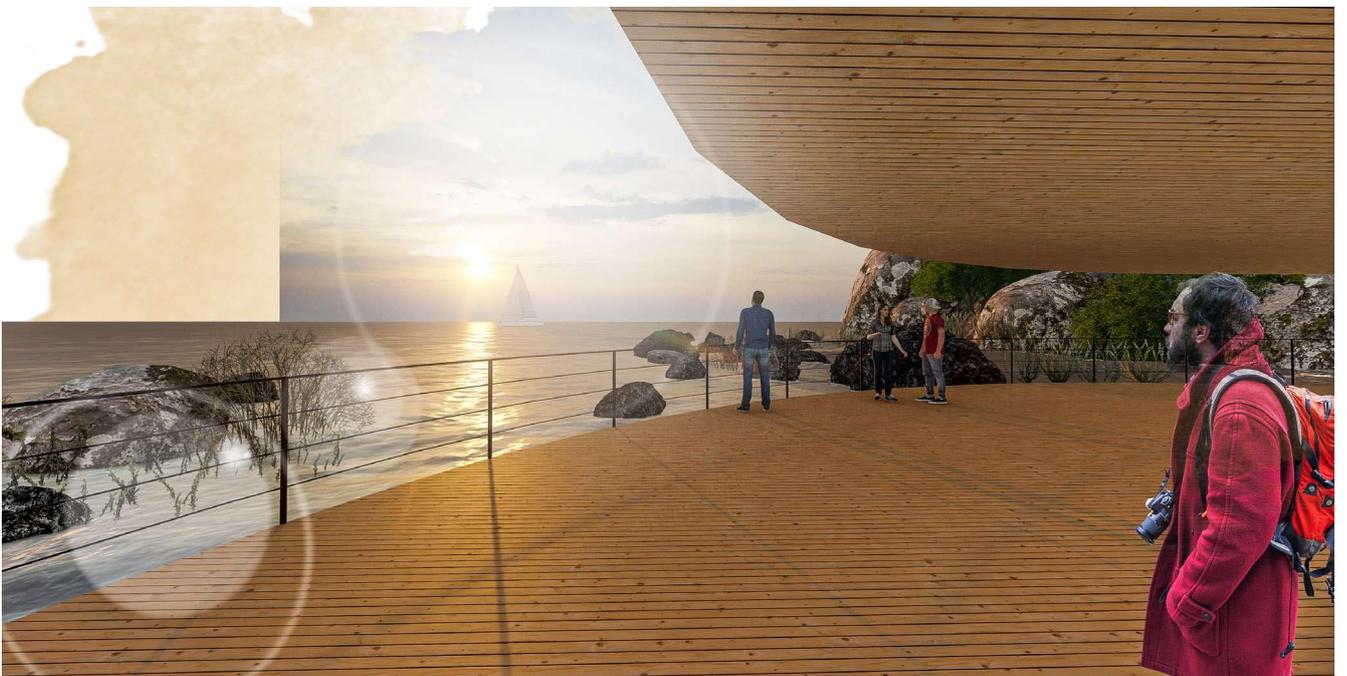


Localização



Passarelas junto ao Costão

versão preliminar



Passarelas junto ao Costão

versão preliminar

B_r Verde



A BR 101, realizada para integrar e alavancar o desenvolvimento econômico de norte a sul do Brasil, é hoje uma barreira física de divisão territorial de um sem número de municípios por onde atravessa.

No trecho que compreende os municípios litorâneos formados pela AMFRI a rodovia é um elemento de extrema relevância, cumpre diferentes funções nas questões de mobilidade e logística; é responsável pelo tráfego de passagem norte/sul nacional, regional e em Balneário Camboriú, muitas vezes, representa a única opção de deslocamento e acesso a determinados bairros.

As soluções dos problemas gerados pelo conflito integração local e regional frente aos fluxos regionais e nacionais perpassam diferentes abordagens e escalas. **A demanda por um anel de contorno é prioritária** para que a BR possa vir a se tornar uma avenida interpraia para os municípios litorâneos que hoje, já apresentam fortes vínculos sociais e interdependências econômicas.

Para a conexão linear intermunicipal da região, a BR 101 poderá cumprir um importante papel como solução para as demandas de maior distância, implementando uma linha de transporte interurbana, enquanto uma outra linha complementar, dentro da malha urbana, responderá às demandas de curta distância, ou àquelas que possam ser respondidas sem que o fator tempo de viagem seja preponderante.

A visão de futuro para BR 101, somente possível de realização a partir da execução do anel de contorno proposto pelo conjunto dos municípios da região, compreende um novo desenho capaz de permitir a convivência do transporte de cargas, transporte de passageiros, veículos de passeio, bem como renovação urbana, com novos usos e ocupação de suas marginais e conseqüentemente dos fluxos de pessoas.

versão preliminar

Macroestruturação

Os conflitos de uma rodovia federal que fragmenta a cidade podem ser minimizados a partir de intervenções que organizem seu fluxos e travessias.

Para que a BR possa se tornar um grande eixo de desenvolvimento intermunicipal, alguma alterações no PD serão necessárias. Hoje, caracterizada através da Zona de faixa rodoviária, com restrição de adensamento e proteção da faixa de BR, deverá rever usos e parâmetros de ocupação.

Para a nova BRVerde, suas marginais devem passar por um redesenho que permita fluxo contínuo, o mesmo deve se dar nas passagens existentes, que priorizam os veículos pesados e automóveis, devem agora adquirir passagem para pedestres e veículos não motorizados.



BR Futura



BR Futura



Localização

As passagens existentes têm cumprido a função de interligar diferentes partes da cidade, porém, os trechos iniciais e finais que cruzam o Município demandam de novas opções para garantir a integração e o desenvolvimento das áreas ao norte e ao sul da cidade, mais especificamente, nas regiões do entorno do Anel Viário Norte na região da Várzea do Ranchinho e do Distrito de Inovação – proposto para os bairros São Judas Tadeu e Nova Esperança, respectivamente.

A transformação dessa rodovia federal para uma via compatível com a escala e velocidade das ruas urbanas possibilita a criação de uma zona urbana de transição e requerem mudanças no zoneamento existente. O redesenho dos passeios, dos taludes e transposições tanto para veículos como para pedestres, poderiam contribuir de forma determinante na renovação de usos e formas de ocupação ao longo da via.

Para a conexão linear intermunicipal da região, a BR poderá cumprir um importante papel como solução para as demandas de maior distância, implementando uma linha de transporte interurbana, enquanto uma outra linha complementar, dentro da malha urbana, responderá às demandas de curta distância, ou àquelas que possam ser respondidas sem que o fator tempo de viagem seja preponderante.

versão preliminar

A visão de futuro para BR 101, quando já executado o anel de contorno, compreende um novo desenho capaz de permitir a convivência do transporte de cargas, transporte de passageiros, veículos de passeio, bem como renovação urbana, com novos usos e ocupação de suas marginais e conseqüentemente dos fluxos de pessoas.



BR Futura

versão preliminar

BR e Transporte Coletivo

A nova BR Verde deve guardar em seu desenho projetual as condições de abrigar diferentes fluxos e escalas de veículos. As pistas internas deverão ser reformatadas para permitir o tráfego regional pesado e abrigar faixas exclusivas ou prioritárias para uma ou mais linhas troncais de transporte coletivo intermunicipal, a fim de garantir qualidade e performance, em conforto e tempo de viagem para os deslocamentos de grande distância.

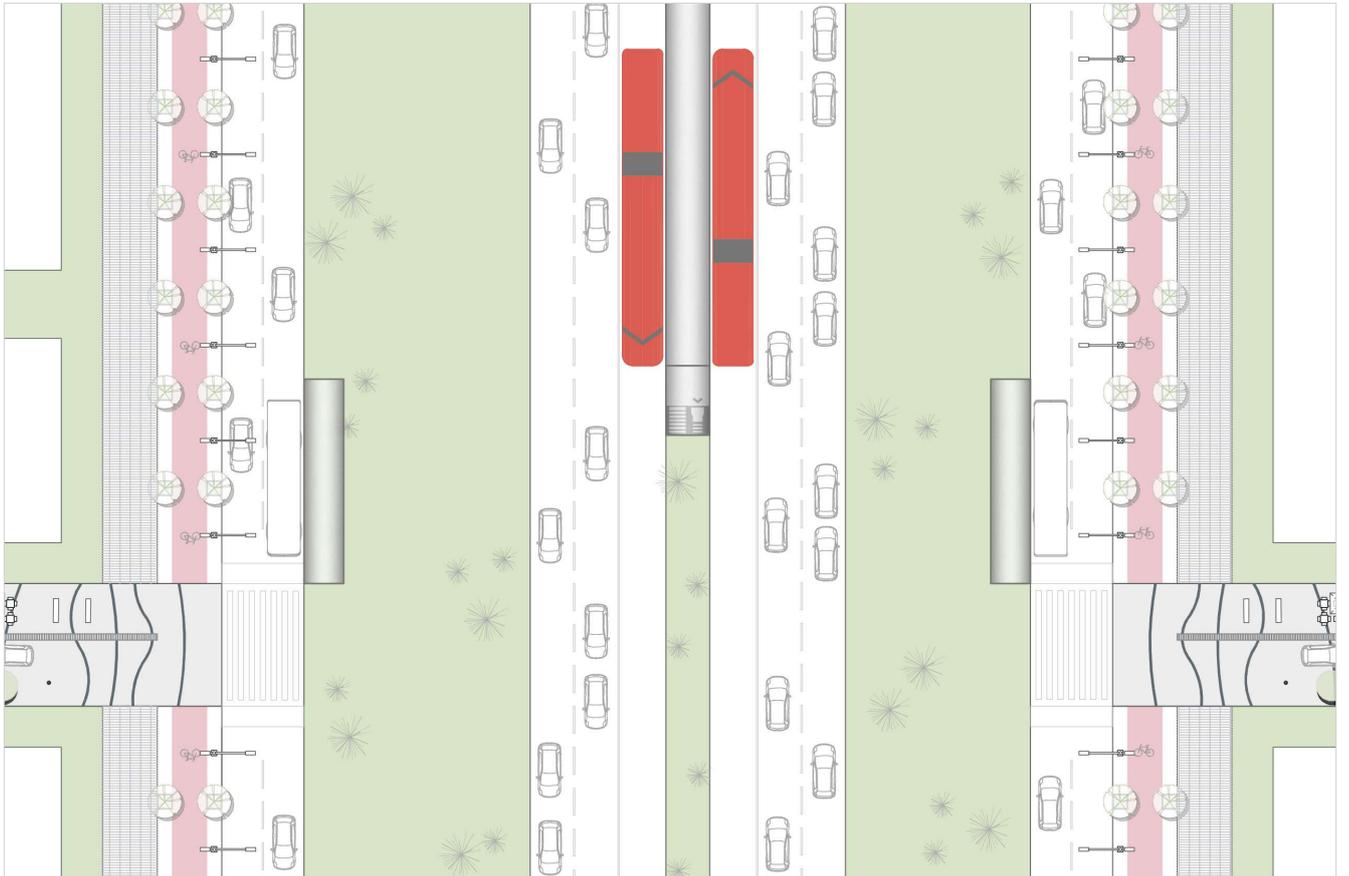
Algumas passagens transversais a rodovia poderão servir à integração de linhas alimentadoras a partir da previsão de adequações nas marginais e áreas de talude para acomodar as estações de transbordo.

Ciclovias e passeios mais generosos, somados a um novo paisagismo nos taludes, iluminação adequada e fachadas ativas nas marginais, complementam as intervenções para a promoção das mudanças da rodovia para a criação de uma avenida urbana.

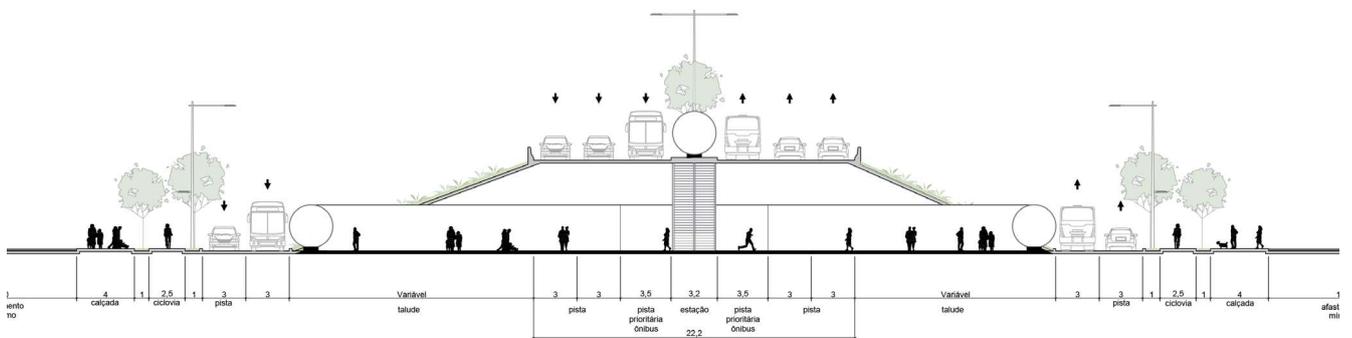


BR Futura

versão preliminar



Planta BR Futura



Corte BR Futura

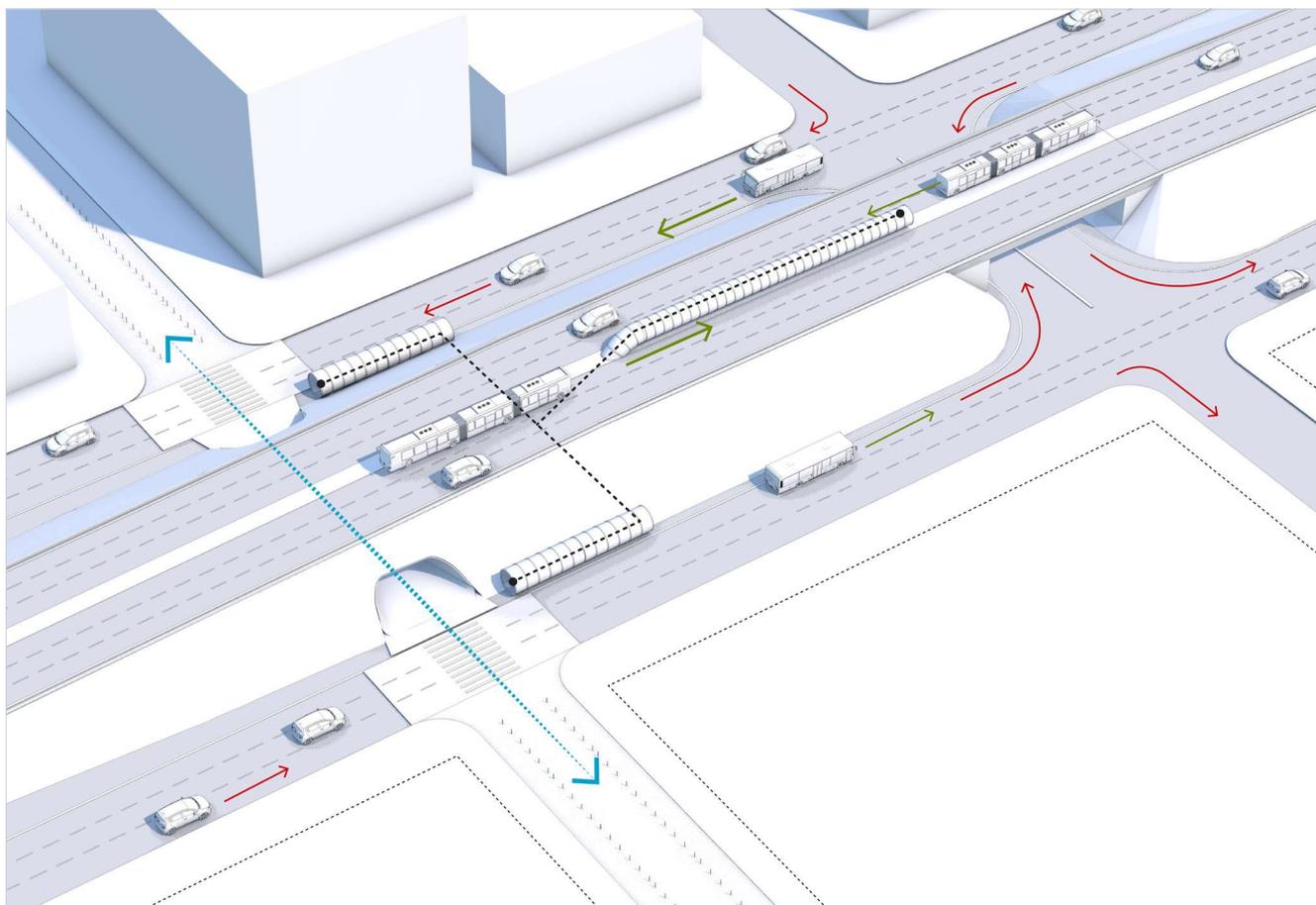
versão preliminar

Passagem pedestre

No contexto urbano de Balneário Camboriú, os Caminhos do Mar se articularão como elementos de conexão entre as áreas de ambos os lados da rodovia. O estabelecimento desses eixos de união entre os bairros próximos à orla central e os além da BR visa à integração social, econômica e ambiental do município.



O projeto toma partido no desnível existente entre as marginais e a estrada. Considerando a existência em determinados pontos de viadutos de travessia para automóveis, sugere-se a implementação da solução em vias paralelas próximas, a fim de aproveitar os taludes já existentes.



Passagens de Pedestre

versão preliminar



Passagens de Pedestre

versão preliminar



versão preliminar



versão preliminar

BRASIL. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasil: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 04/11/2021

BRASIL. Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasil: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 04/11/2021

BRASIL. Lei n.º 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasil: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm. Acesso em: 04/11/2021

BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasil: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 04/11/2021

BRASIL. Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.ºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.ºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n.º 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasil: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 04/11/2021

BRASIL. Resolução n.º 5, de 4 de maio de 1994. Define

vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no Estado da Bahia. Diário Oficial da União, DF. Seção I. p. 7912 – 7913. Maio. 1994.

BRASIL. Resolução n.º 303, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Diário Oficial da União, DF. Seção I. p. 67 – 68. Maio. 2002.

BRASIL. Resolução n.º 274, de 29 de novembro de 2000. Define os critérios de balneabilidade em águas brasileiras. Diário Oficial da União, DF. Seção I. p. 70 – 71. Janeiro. 2001.

BRASIL. Resolução n.º 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, DF. Seção I. p. 58 – 63. Março. 2005.

BRASIL. Resolução n.º 430, de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. Diário Oficial da União n.º92. DF. p. 89. Maio. 2011.

BRASIL. Decreto n.º 5.300, de 7 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasil: Casa

versão preliminar

Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5300.htm. Acesso em: 05/11/2021

BRASIL. Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Brasil: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm. Acesso em: 05/11/2021

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Brasil: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm. Acesso em: 05/11/2021

SANTA CATARINA. Lei nº 13.553, de 16 de novembro de 2005. Institui o plano estadual de gerenciamento costeiro. SC. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-13553-2005-santa-catarina-institui-o-plano-estadual-de-gerenciamento-costeiro>. Acesso em: 05/11/2021

SANTA CATARINA. Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. SC. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2009/14675_2009_lei.html. Acesso em: 05/11/2021

SANTA CATARINA. Lei nº 16.342, de 21 de janeiro de 2014. Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. SC. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2014/16342_2014_Lei.html. Acesso em: 05/11/2021

SANTA CATARINA. Decreto nº 5.010, de 22 de dezembro de 2006. Regulamenta a lei nº 13.553, de 16 de novembro de 2005, que institui o plano estadual de gerenciamento costeiro e estabelece outras providências. SC. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-5010-2006-santa-catarina-regulamenta-a-lei-n-13553-de-16-de-novembro-de-2005-que-institui-o-plano-estadual-de-gerenciamento-costeiro-e-estabelece-outras-providencias>. Acesso em: 05/11/2021

SANTA CATARINA. Instrução Normativa nº 24, de 18 de outubro de 2018. Supressão de vegetação nativa em área urbana. SC. Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/licenciamento/instrucoes-normativas>. Acesso em: 05/11/2021

SANTA CATARINA. Instrução Normativa nº 74, de 29 de agosto de 2018. Recuperação de Áreas Contaminadas. SC. Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/licenciamento/instrucoes-normativas>. Acesso em: 05/11/2021

SANTA CATARINA. Resolução CONSEMA nº 10, de 17 de dezembro de 2010. Lista as ações e atividades consideradas de baixo impacto ambiental, para fins de autorização ambiental pelos órgãos ambientais competentes, no Estado de Santa Catarina, quando executadas em Área de Preservação Permanente - APP. SC. Disponível em: <https://www.sde.sc.gov.br/index.php/biblioteca/consema/legislacao/resolucoes/521-resolucao-consema-no-102010/file>. Acesso em: 05/11/2021

SANTA CATARINA. Portaria FATMA nº 17, de 18 de abril de 2002. Estabelece os Limites Máximos de Toxicidade Aguda para efluentes de diferentes origens e dá outras providências. SC. Disponível em: <http://freitag>.

versão preliminar

com.br/files/uploads/2018/02/portaria_norma_35.pdf. Acesso em: 05/11/2021

SANTA CATARINA. Resolução CONSEMA n° 98, de 5 de maio de 2017. Aprova, nos termos do inciso XIII, do art. 12, da Lei n° 14.675, de 13 de abril de 2009, a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, define os estudos ambientais necessários e estabelece outras providências. SC. Disponível em: < <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/RES%20CONSEMA%2098%202017%20compilada%20-%20SDS%2014fev18%20-%20inclui%20consema%20112-2017.pdf>> Acesso em 05/11/2021

CAMBORIÚ. SC. Lei n°. 1343 de 19 de novembro de 1999. Cria a A.P.A (área de preservação ambiental) do morro do gavião para proteção da nascente do rio Camboriú e dá outras providências. SC. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sc/c/camboriu/lei-ordinaria/1999/134/1343/lei-ordinaria-n-1343-1999-cria-a-a-p-a-area-de-preservacao-ambiental-do-morro-do-gaviao-para-protecao-da-nascente-do-rio-camboriu-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 05/11/2021

CAMBORIÚ. SC. Lei n°. 1985 de 12 de julho de 2000. Cria a área de proteção ambiental "costa brava"-A.P.A., e dá outras providências. SC. Disponível em: < <https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/646839/lei-1985-00#art-10> > Acesso em: 05/11/2021

CAMBORIÚ. SC. Lei n°. 2.611 de 03 de julho de 2006. "denomina o Parque Ecológico Rio Camboriú para parque natural municipal Raimundo Gonçalves Malta". SC. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/2006/261/2611/lei-ordinaria-n-2611-2006-denomina-o-parque-ecologico-rio-camboriu-para-parque-natural-municipal-raimundo-goncalves-malta>> Acesso em: 05/11/2021

goncalves-malta > Acesso em: 05/11/2021

CAMBORIÚ. SC. Lei n°. 2.351 de 29 de abril de 1993. Dispõe sobre a criação do parque ecológico municipal rio Camboriú. SC. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/decreto/1993/235/2351/decreto-n-2351-1993-dispoe-sobre-a-criacao-do-parque-ecologico-municipal-rio-camboriu>> Acesso em: 05/11/2021.

CAMBORIÚ. SC. Lei n°. 2.794 de 14 de janeiro de 2008. Disciplina o uso e a ocupação do solo, as atividades de urbanização e dispõe sobre o parcelamento do solo no território do município de Balneário Camboriú. SC. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/2008/279/2794/lei-ordinaria-n-2794-2008-disciplina-o-uso-e-a-ocupacao-do-solo-as-atividades-de-urbanizacao-e-dispoe-sobre-o-parcelamento-do-solo-no-territorio-do-municipio-de-balneario-camboriu>> Acesso em: 05/11/2021.

CAMBORIÚ. SC. Lei Complementar n°. 35 de 29 de março de 2019. Dispõe sobre o estabelecimento de critérios de regularização de edificações, cujos impactos já estejam consolidados, e dá outras providências. SC. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/lei-complementar/2019/3/35/lei-complementar-n-35-2019-dispoe-sobre-o-estabelecimento-de-criterios-de-regularizacao-de-edificacoes-cujos-impactos-ja-estejam-consolidados-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 05/11/2021.

CAMBORIÚ. SC. Decreto n°. 8.121 de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre a denominação da Costa das Orquídeas, e dá outras providências. SC. Santa Catarina: Plano de Manejo APA Costa Brava – Balneário Camboriú. SC. P. 69. Ano 2020

versão preliminar

SANTA CATARINA. Portaria IMA n.º. 98 de 13 de maio de 2020. Dispõe sobre a compensação pelo uso de Área de Preservação Permanente (APP) para atividades potencialmente poluidoras a serem instaladas, em operação, ou atividades já instaladas passíveis de regularização, nos casos de inexistência de alternativa locacional. SC. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=395638>. Acesso em 05/11/2021

BRASIL. Resolução CONAMA n.º. 420 de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=111046>. Acesso em: 05/11/2021

BRASIL. Resolução CONAMA n.º. 430, de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. Disponível em: < http://www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/CONAMA_n.430.2011.pdf>. Acesso em 05/11/2021.

Alvez, Joi Cletison, and Eugênio P. Lacerda. n.d. "Mapeamento do Patrimônio Cultural das Comunidades Açorianas de Santa Catarina."

ALTO URUGUAI ENGENHARIA . Diagnóstico Socioambiental. Santa Catarina, 2019.

ALTO URUGUAI ENGENHARIA . Diagnóstico Socioambiental. Santa Catarina, 2019.

AMFRI. Plano Integrado de Mobilidade Urbana Regional da Foz do Rio Itajaí. Santa Catarina, 2016.

ATLAS GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA. População – Fascículo 3. Disponível em: < <http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/mapas/-2/1260--460/file>>. Acesso em: 15 de abril de 2020

Beluzzo, Anderson, Celso Peixoto, Dagma Castro, Elias Alcides Luciano, Guilhermina Stuker, João Alexandre Silva, Nina Coitinho, Noemi M. Löser, Lilian Martins, and Luciano Pedro Estevão. 2015. "Plano Municipal de Cultura."

Bernardi, Aura Correia Lima. 2017. "Planejamento Urbano e Capital Imobiliário: Incidências e disputas na produção do espaço em Balneário Camboriú/SC."

Beuting, Anderson, and Bruno César Volpato Martins. n.d. "Evolução histórica da verticalização de Balneário Camboriú: Orla da Praia e área central da cidade." (UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí).

Borsatti, Marcos Roberto, and Maycon Pedott. 2019. Diagnóstico Socioambiental: para identificação da área urbana consolidada e dos núcleos urbanos do município de Balneário Camboriú/SC. Concórdia.

CEPED UFSC. Análise de vulnerabilidade a desastre do Município de Balneário Camboriú. Santa Catarina, 2015.

Cletison, Joi. n.d. "Arquipélago dos Açores e Litoral Catarinense: Século XVIII a XXI." Educação em Linha.

Comerlato, Fabiana. 2014. "O Legado do PE. João Alfredo Rohr S. J. – Reflexões sobre sua trajetória na arqueologia brasileira." Revista de Arqueologia Pública No. 10 (ISSN 2237-8294).

CONSULTRAN. Plano de Mobilidade Urbana de Balneário Camboriú. Santa Catarina, 2018.

versão preliminar

CONSULTRAN. Reestruturação do transporte coletivo. Santa Catarina, 2018.

Danielski, Marcelo, and Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2011. "Padrão arquitetônico e representação social na paisagem da beira-mar de Balneário Camboriú-SC." jan.-jun. de Pinho, Stephanie Luise, and Renata Rogowsky Pozzo. 2019. "A Produção do Espaço Urbano e a Constituição de Conflitos, Vulnerabilidades e Riscos Socioambientais." Anais (ENANPUR) XVIII (ISSN: 1984-8781).

Dell'Antonio, Lino João. 2009. "Nomes Indígenas dos Municípios Catarinenses: significados e origem."

Devitte, Alessandra, Carlos Alberto Barbosa de Souza, and Lucas Mincaroni Neto Radatz. n.d. "A construção da centralidade urbana de balneário Camboriú-SC." Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI. Vols. ISBN 978-987-4415- 25-7.

ECOLIBRA. Plano de Manejo da APA Costa Brava. Santa Catarina, 2019.

FECOMÉRCIO SC. Pesquisa Fecomércio SC de Turismo - Verão no Litoral Catarinense 2019. Disponível em: < https://www.fecomercio-sc.com.br/wp-content/uploads/2019/03/TUR_Verao_2019.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: < <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 15 de abril de 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Panorama Cidades - Balneário Camboriú. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/balneario-camboriu/panorama>>. Acesso

em: 15 de abril de 2020

Marques, Roberta Pôrto. 2017. "Os mortos e seus acompanhamentos no sítio arqueológico Praia de Laranjeiras II: Um estudo antropológico a partir de coleções museológicas."

Moraes, Sergio Torres, and Luciano Torres Tricárico. 2006. "História, Cultura e Projeto Urbano: a Barra do Rio Camboriú." Revista Paranaense de Desenvolvimento n.111.

Moraes, Sergio Torres, and Luciano Torres Tricarico. 2015. "Elaboração de Políticas e Ações para a Revalorização Histórico-Cultural do Bairro da Barra, Balneário Camboriú, SC." Revista Políticas Públicas e Cidades.

LOUISE DE PINHO; POZZO. A produção do espaço urbano e a constituição de conflitos, vulnerabilidades e riscos socioambientais: um olhar relacional para as cidades de Camboriú e Balneário Camboriú - SC. Disponível em: < <http://anpur.org.br/xviiiananpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=492>>. Acesso em: 15 de abril de 2020

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBURIÚ (PDBC). Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-balneario-camboriu-sc>>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA (PGI). Disponível em: < https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/conteudo_downloads/CD5MP9HD.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Plano Cicloviário. Santa Catarina, 2019.

versão preliminar

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Plano Municipal de Cultura. Santa Catarina, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SENAC. Plano Municipal de Turismo de Balneário Camboriú. Santa Catarina, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. Projeto Orla. Santa Catarina, 2019.

SEBRAE SC. Balneário Camboriú em Números. Disponível em: < <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Relatório%20Municipal%20-%20Balneário%20Camboriú.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2020

Schlickmann, Mariana. 2016. Do Arraial do Bonsucesso a Balneário Camboriú: mais de 50 anos de história. Vols. ISBN: 978-85-93357-00-8. Balneário Camboriú: Fundação Cultural de Balneário Camboriú.

—. 2019. "Os sentidos do patrimônio: história oral, edificações e modos de viver no Bairro da Barra/Balneário Camboriú- SC." Faces da História, jan.-jun.

Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia. 2016. Atlas geográfico de Santa Catarina : diversidade da natureza – fascículo 2. Vols. ISBN: 978-85-8302-078-3. Florianópolis: Ed. da UDESC.

—. 2016. Atlas geográfico de Santa Catarina : estado e território – fascículo 1. 2.ed. Vols. ISBN: 978-85-8302-077-6. Florianópolis: Ed. da UDESC.

Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia. 2018. Atlas geográfico de Santa Catarina : população – fascículo 3. Vols. ISBN: 978-85-8302-152-0. Florianópolis: Ed. da UDESC.

Simões, Mauro De Bonis Almeida, Sérgio Leite Guimarães Pinheiro, and Claire Cerdan. 2012. "Territórios e sociabilidade: relatos Latinoamericanos." In A contribuição do design na construção social de territórios-piloto da zona costeira de Santa Catarina, (SC), by Mauro De Bonis Almeida Simões, Sérgio Leite Guimarães Pinheiro and Claire Cerdan. Florianópolis: Editora da UDESC.

Skalec, Milena. 2008. "Construção e Apropriação do Espaço Público: Estudo do Traçado Urbano do Centro de Balneário Camboriú." UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE. Florianópolis.

Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia. 2018. Atlas geográfico de Santa Catarina : população – fascículo 3. Vols. ISBN: 978-85-8302-152-0. Florianópolis: Ed. da UDESC.

SINDUSCON, Artes Urbanas: SINDUSCON de Balneário Camboriú e Camboriú. Balneário Camboriú: Lápiz editora, 2016.

UNIVALI. Plano de Manejo Parque Raimundo Malta. Santa Catarina, 2017.

Vieira, Marina Tete. 2016. "O Patrimônio Cultural em Torno de um Engenho de Farinha em Balneário Camboriú/SC: saberes e fazeres como motivação turística."

*versão preliminar***Arquitetos Associados**

Jaime Lerner | Arquiteto e Urbanista
Valéria Bechara | Arquiteto e Urbanista
Paulo Kawahara | Arquiteto e Urbanista
Fernando Canalli | Arquiteto e Urbanista
Gianna Rossanna De Rossi | Arquiteto e Urbanista
Felipe Guerra | Arquiteto e Urbanista
Ariadne dos Santos Daher | Arquiteto e Urbanista
Fernando Popp | Arquiteto e Urbanista

Equipe Chave

Jaime Lerner | Supervisão Geral
Valéria Bechara | Coordenação Geral
Alberto Paranhos | Especialista em Administração Pública
Cleverson Andreoli | Especialista em Gestão Ambiental
Gianna de Rossi | Planejamento do Território
Felipe Guerra | Projetos estratégicos
Érika Poletto | Especialista em Habitação e Planejamento Urbano e Regional

Equipe Técnica

Annelissa G. Donha | Gestão Ambiental
Arthur Cordeiro | Projetos Estratégicos, Planejamento urbano e Regional
Gabriel Antônio | Estagiário em Desenvolvimento, Planejamento Urbano e Regional
Izabella Brito | Gestão Ambiental
Jorge Justi Junior | Gestão Ambiental
Kauê de Andrade Monteiro | Gestão Ambiental
Kauê Sebastião Barbosa Cardoso | Gestão Ambiental
Loane Vidolin | Estagiária em Desenvolvimento, Planejamento Urbano e Regional
Magali Pahl | Desenvolvimento, Planejamento Urbano e Regional
Marina Sutile | Desenvolvimento, Planejamento Urbano e Regional
Pedro Kiatkoski Kim | Gestão Ambiental
Thainá Domingues | Estagiária em Desenvolvimento, Planejamento Urbano e Regional
Viviane de Lima | Gestão Ambiental

*versão preliminar***Município de Balneário Camboriú****Fabício José Satiro de Oliveira** | Prefeito
Carlos Humberto Metzner Silva | Vice-Prefeito**Secretaria de Planejamento e
Gestão Orçamentária****Adeltraut Zoschke Schapoo** | Secretária
Fábio Miranda Becker | Arquiteto e Urbanista
Helvys Zermiani | Arquiteto e Urbanista
Sérgio Baggio | Arquiteto e Urbanista**Secretarias, Autarquias e
Fundações de apoio****Denize Leite** | Presidente da Fundação Cultural de Balneário Camboriú (FCBC)
Douglas Costa Beber Rocha | Diretor Geral da Empresa Municipal de Água e Saneamento (EMASA)
Antonio Gabriel Castanheira | Secretário de Segurança
José Fernando Marchiori Júnior | Gestor do Fundo Municipal de Trânsito (FUMTRAN)
Maria Heloisa Furtado Lenzi | Secretária do Meio Ambiente
Ricieri Ribas Moraes | Diretor-Presidente da Autarquia Municipal de Trânsito (BC TRANSITO)
Valdir Rubens Walendowsky | Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico

versão preliminar

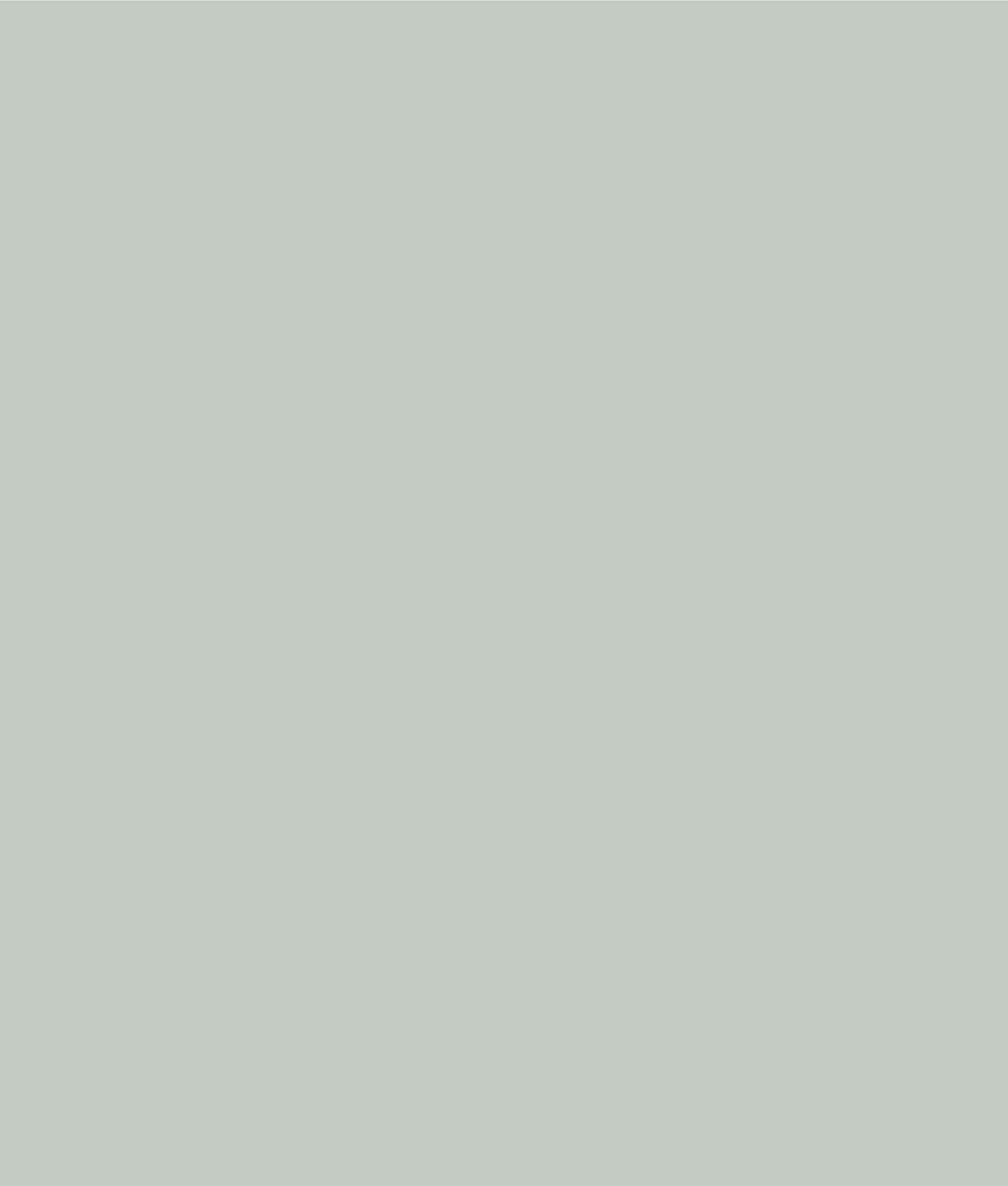
**Fórum de Acompanhamento
IAB**

Ana Flavia Poggere | Arquiteta e urbanista
Daniel Lucas Clerice | Arquiteto e urbanista
Dyego André dos Santos | Arquiteto e urbanista
Fátima Maria Ferreira Franz | Arquiteta e urbanista
Fernando Felício Medeiros | Arquiteto e urbanista
Geniana Finatto | Arquiteta e urbanista
Giovana Valentini | Arquiteta e urbanista
Karina Fernandez | Arquiteta e urbanista
Katuana Varela Furlan | Arquiteta e urbanista
Ketilyn Cristina Rodrigues | Arquiteta e urbanista
Lidiane Amélia Pereira | Arquiteta e urbanista
Lilian Pietrovski | Arquiteta e urbanista
Lúcia Fernandez | Arquiteta e urbanista
Luísa Hoeltgebaum Gern | Arquiteta e urbanista
Luiz Daniel Bicudo Paranhos | Arquiteto e urbanista
Luiz Gustavo Maestri | Arquiteto e urbanista
Mirian Rodrigues | Arquiteta e urbanista
Raquel Kipper pena | Arquiteta e urbanista
Renata Resende Meirelles | Arquiteta e urbanista
Sheila do Socorro Souza Mattar | Arquiteta e urbanista
Sileni Silva Santos | Arquiteta e urbanista
Sofia Regina Luciano | Arquiteta e urbanista
Thiago Pritsch | Arquiteto e urbanista
Yael | Arquiteto e urbanista

versão preliminar

**Fórum de Acompanhamento
Conselho Municipal de
HABITAÇÃO**

Edilson de Oliveira Ferreira | Corretor
Fabício Pereira de Melo | Diretor da Defesa Civil
Giovana Valentini | Arquiteto e urbanista
José Antonio Margarida | FURBES
Marcelo Galafassi | Arquiteto e urbanista
Maria Eroni Cavalheiro | Repres. Jardim Denise
Renata Resende Meirelles | Arquiteta e urbanista
Sheila do Socorro Souza Mattar | Arquiteto e urbanista
Valmor Dalago | Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú





jaime lerner
arquitetos associados

